



# RELATÓRIO DE DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO **PÚBLICO-ALVO**

Junho de 2022



ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL



# RELATÓRIO DE DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO **PÚBLICO-ALVO**

Junho de 2022

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE BASES DE DADOS UTILIZADAS</b>	<b>2</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO</b>	<b>5</b>
<b>METODOLOGIA PARTICIPATIVA DA AEDAS</b>	<b>13</b>
<b>METODOLOGIA PARA CÁLCULO DE PÚBLICO-ALVO</b>	<b>19</b>
<b>RESULTADOS</b>	<b>23</b>
<b>APRIMORAMENTOS BASES DE DADOS</b>	<b>29</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>32</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>33</b>

## LISTA DE BASES DE DADOS UTILIZADAS:

1. Listas de presença dos espaços participativos realizados entre 2020 e 2022
2. Lista de atendimentos por irregularidades de fornecimento de água pela Vale
3. Lista de atendimentos por irregularidades de fornecimento de água pela Copasa
4. Lista de atendimentos por demandas relativas ao Pagamento Mensal Emergencial
5. Lista de atendimentos por demandas relativas à alimentação animal
6. Lista de atendimentos por demandas emergenciais relativas às enchentes
7. Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana R2
8. Banco de dados de Registros Familiares realizados entre 2020 e 2022

## INTRODUÇÃO

Em 19 de maio de 2022 foi encaminhado pelas Instituições de Justiça ofício descrevendo a distribuição dos recursos entre as assessorias técnicas independentes pelo período de 3 meses, bem como listagem de produtos previstos para entrega no mesmo período dentre os quais:

5. As ATIs deverão apresentar, no prazo de 02 meses, relatório consolidado indicando o público efetivamente atendido em cada região, inclusive mensurando qual foi o critério para considerar uma pessoa como atendida, bem como qual a frequência com que cada participante foi efetivamente atendido e o modo de atendimento, acompanhado de documentos comprobatórios que deem lastro aos cálculos (Of. conjunto MPF, MPMG e DPE 19/04/2022).

O presente relatório visa atender às exigências do item citado do referido ofício. Nesse sentido, empreendemos a descrição do público atendido pela Aedas nas Regiões 1 e 2, com descrição minuciosa de quantitativo de público, categorias, bases de dados utilizadas, critérios de exclusão, metodologia de controle de duplicidade dos dados, limites da análise e metodologia de frequência de engajamento e participação do público atendido. Compreendendo o caráter comunitário do processo participativo e as suas especificidades, descrevemos também os territórios atingidos assessorados pela Aedas, com respectivas comunidades e sua localização, bem como rol exemplificativo de danos identificados nessas comunidades. Apresentamos ainda a metodologia participativa da Aedas em seus diferentes níveis e o quantitativo e temática dos espaços participativos realizados entre abril de 2020 e maio de 2022, dando suporte à compreensão da atuação da ATI junto ao público atendido.

Importa salientar que diferentes metodologias e técnicas de cruzamento de informações, descritas no capítulo metodológico deste relatório, foram empregadas para realizar o controle de duplicações de dados e frequência de participação. Todavia, a análise realizada enfrenta alguns limites para os quais foram encontradas soluções analíticas.

Em primeiro lugar, a multiplicidade de formas de coletas de dados da assessoria técnica impõe um esforço hercúleo para padronização do registro e para evitar o preenchimento equivocado das diversas interfaces de coleta. Tal fator é agravado ao considerarmos que boa parte dessas interfaces, como, por exemplo, as listas de presença dos espaços participativos, são preenchidas pelas próprias pessoas atingidas, ocasionando erros de preenchimento de números de telefone e documentos pessoas, assinatura das listas de presença com nome abreviado, apelidos ou redação incompreensível.

Em segundo lugar, em que pese o esforço da entidade de construção de um sistema unificado de controle e monitoramento de dados, empreendido desde o segundo semestre de 2020, ainda resta muito a avançar, em especial com relação a dados anteriores a este período. Apresentamos em tópicos específicos deste relatório, a contextualização das condições de implantação dos projetos e início do trabalho da assessoria em 2019, bem como os esforços contínuos de aprimoramento das bases empreendidos pela Aedas durante o período de execução do projeto.

Por fim, o cálculo de frequência de participação do público atendido, solicitado no ofício, impõe limites teóricos, quanto ao próprio conceito de mobilização e engajamento e a dificuldade de sua operacionalização a nível individual, e prático, na medida em que quaisquer formas de segmentação do público por diferentes “níveis” de frequência de participação seria uma escolha arbitrária, não condizente com metodologias consagradas na literatura ou com o próprio modelo de trabalho desenvolvido pela Aedas. Dessa forma, adotou-se a mobilização e o engajamento coletivo, a partir de categorias apontadas pela literatura especializada, como parâmetros de apresentação da frequência de participação. Dessa forma, mais do que parâmetros de frequência de participação, mas partindo do entendimento de participação como fundamentalmente coletiva, optou-se pela mensuração do nível de engajamento do público participante com as atividades da Aedas.

Importa salientar que, apesar de todos os desafios já mencionados que levaram, inclusive, à perda de capacidade de rastreio de alguns tipos de dados de atendimento, o **público identificado pela Aedas é expressivo e grande parte dele buscou o atendimento da ATI ainda em 2020, no momento de maior intensidade da pandemia de COVID-19**. Somente no ano mencionado, foram realizadas 816 reuniões de GAAs, a metodologia participativa mais capilarizada da entidade. Este número foi alcançado sem a realização de incursões para identificação de novas coletividades atingidas no território, tendo sido atingido somente a partir do diálogo direto com as comunidades já mobilizadas pelas Instituições de Justiça para o processo de escolha de assessorias técnicas e a disseminação da informação e contatos da organização pelas próprias pessoas atingidas. Atualmente, devido à sobrecarga de demanda, ao contrário da proposta metodológica da entidade, não é possível fazer o registro familiar de todas as pessoas atingidas inseridas nos espaços participativos. Isso mostra um contexto de existência de demanda reprimida nas Regiões 1 e 2 nos últimos 2 anos de projeto, demanda esta, que a Aedas está se estruturando para atender, a partir da reorganização metodológica no novo plano de trabalho e do novo aporte de recursos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Em cada um dos municípios atendidos pela Aedas há equipes específicas (equipes de mobilização) que atuam em diálogo permanente com os atingidos e atingidas para promover o registro, a mobilização social, a participação efetiva, a troca de informações e a realização de debates, de forma que cheguem à totalidade das pessoas atingidas interessadas em participar da metodologia proposta pela assessoria técnica. Esse diálogo se dá por meio de espaços participativos em funcionamento com a população atingida em todos os municípios atendidos pela Aedas, os quais destacam-se: Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs), Rodas de Diálogo (RDs), Comissões de Atingidos e Atingidas, Seminários Temáticos (STs) e Coletivo de Agentes Multiplicadores.

Atualmente, o projeto conta, na Região 1, com **123 GAAs em 82 comunidades** e um número aproximado de **3.028 pessoas atingidas** nesses grupos e, na Região 2, com **103 GAAs em 72 comunidades** e um número aproximado de **6.297 pessoas atingidas** nesses grupos. Além disso, o projeto atende, na Região 2, 1.300 pessoas dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) e 1 GAA com 72 lideranças PCTRAMA. Os GAAs são acompanhados pelas equipes de Mobilização, que possuem contato diário com as pessoas atingidas e as mobilizam para os espaços participativos. Destacamos abaixo alguns dados que permitem uma breve caracterização da demanda de atendimento das pessoas atingidas nos municípios das Regiões 1 e 2:

### Brumadinho

O município apresenta um território de **636.434 km<sup>2</sup>** com a população estimada de **41.208 habitantes** (IBGE, 2022). Atualmente **82 comunidades** já foram identificadas e estão sendo assessoradas pela Aedas, sendo elas: Amianto, Águas Claras, Alberto Flores, Aranha, Assentamento Pastorinhas, Aurora, Bairro da Ponte, Bela vista, Caju, Carneiros, Casa Branca, Casinhas, Centro, Cerradão, Cohab, Conceição do Itaguá, Cachoeira das Pedras, Coronel Eurico, Córrego de Almas, Córrego do Feijão, Córrego Ferreira, Córrego Frio, Córrego Fundo, Do Carmo, Dom Bosco, Eixo Quebrado, Estância dos Pinheiros, Gomes, Grajaú, Grotá, Guaribas, Jangada, Jardim Casa Branca, José Henrique, Jota, Lourdes, Maricota, Marques, Martins e Colégio, Massangano, Melo Franco, Monte Cristo/Córrego do Barro, Multirão, Palhano, Parque das Águas, Parque da Cachoeira, Parque do Lago, Piedade do Paraopeba, Pio XII, Pires, Planalto, Ponte das Almorreimas, Presidente Barroca, Progresso I e II, Lagoas, Quilombo Marinheiros, Q. Ribeirão, Q. Rodrigues, Q. Sapé, Regina Célia, Residencial Bela Vista, Retiro de Brumado, Salgado Filho, Santa Cruz, Santa Efigênia, Santo Antônio, São Bento, São Conrado, São José do Paraopeba, São Judas Tadeu, São Sebastião, Silva Prado, Soares, Sol Nascente, Suzana, Taquaraçu, Tejuco, Toca, Varjão, Vila Pinho, Ipiranga e Familiares de Vítimas Fatais.

Dentre os danos levantados pela Aedas no município, podemos listar os mais recor-

rentes: aumento da poeira; perda de imóveis devido à proximidade da lama e obras de reparação; desvalorização dos imóveis; impedimento e/ou dificuldade de acesso a água potável; má qualidade da água da COPASA; perda de vínculos familiares; abalo à saúde física e mental; queda na qualidade da água e do ar; perda dos projetos de vida; medo e ansiedade gerados pela suspeita de contaminação do solo, água e ar; preocupação com a saúde à longo prazo; dificuldade de acesso ao sistema público de saúde; falta de profissionais da saúde mental; evasão dos atingidos; aumento significativo no fluxo de carros e caminhões; aumento de pessoas “estranhas” no território; dificuldades na produção agrícola por suspeita de contaminação; dificuldade de escoar a produção.

Nos mapas em anexo é possível observar a abrangência da atuação da Aedas no município de Brumadinho. Destaca-se a capilarização dos trabalhos no município, com comunidades atendidas em todas as sub-regiões. É possível observar ainda a atuação não territorializada à comissão de familiares de vítimas fatais, com representantes em Minas Gerais nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Lagoa Santa, Caeté, Sarzedo, Igarapé, Nova Lima, Congonhas, Ouro Preto e Brumadinho, nos estados do Paraná e São Paulo, bem como nos Estados Unidos e Espanha.

### **Mário Campos**

O município apresenta um território de **35.196 km<sup>2</sup>** com a população estimada de **15.814 habitantes (IBGE, 2022)**. Nesse município a Aedas assessora **atualmente 24 comunidades**: Bela Vista, Tangará, Palmeiras, Campo Verde, Centro, São Tarcísio, Funil, Vila das Amoreiras, Capão, Vila da Serra, Jardim Primavera, Bambuí, Estância Balneário, Campo Belo, Bom Jardim, Maria Antonieta, São Rafael, Reta 1 (Vila Tânia, Vila Ondina, Vila Lourdes, Vila Eny), Reta 2, Estrada do Buracão e Reta do Jacaré.

Diversos danos foram levantados no município pela Aedas, dentre eles: diminuição e/ou paralização da venda de hortaliças, frutas e afins, e da pesca; diminuição e/ou paralização da oferta de locação de sítios; aumento da poeira; desvalorização dos imóveis; dificuldade para o recebimento do auxílio emergencial; impedimento e/ou dificuldade de acesso a água potável; má qualidade da água da COPASA; morte de peixes e animais domésticos; perda de vínculos familiares; abalo à saúde física e mental; abalo às relações comunitárias e familiares; dificuldade de acesso ao sistema público de saúde; falta de psicólogo; desvalorização do Patrimônio (rio Parapeba); evasão dos atingidos; aumento significativo no fluxo de carros e caminhões; aumento de pessoas estranhas no território.

### **São Joaquim de Bicas**

O município apresenta um território de **71.758 km<sup>2</sup>** com a população estimada de **32.696 habitantes (IBGE, 2022)**. Nesse município a Aedas assessora atualmente **18 comunidades**: Fhemig, Imperador, Nazaré, Boa Esperança, Tijuca, Tereza Cristina, Tu-

panuara, Flor de Minas, Vale do Sol I, Vale do Sol II, Primavera, Fernando Costa, Paciência, Residencial Casa Grande, Estância Paraopeba, Santa Rita, Farofa e Pedra Branca.

Dentre os danos foram levantados no município pela Aedas, estão: desvalorização dos imóveis; danos à saúde física e mental; falta de médicos preparados para lidar com a contaminação advinda do rompimento; aumento dos gastos com saúde; perda do rio Paraopeba como lazer; interrupção da pesca e da venda de produtos agrícolas devido a estigma com a contaminação; comércio severamente afetado; morte de animais domésticos e das hortas; irregularidades no pagamento do auxílio emergencial; necessidade de análise das águas, solo, ar e da saúde das pessoas; mau cheiro do Rio Paraopeba; poeira; falta de qualidade das águas da COPASA; irregularidade no abastecimento de água; transporte público precário; queda na qualidade da água e do ar; perda dos projetos de vida; abalo às relações comunitárias e familiares.

### Igarapé

O município apresenta um território de **110.942 km<sup>2</sup>** com a população estimada de **44.561 habitantes** (IBGE, 2022). Nesse município a Aedas assessora atualmente **3 comunidades**: Brejo, Santa Ana e Berverly.

Dentre os danos levantados no município estão: abalo à renda (agricultores, comerciantes, sitiantes e moradores em geral); dificuldade na comprovação de endereço para recebimento do auxílio emergencial; suspeita de contaminação da água, solo e ar; pedido de análise do solo e dos poços artesianos; dificuldades na produção agrícola por suspeita de contaminação; ausência de alternativas de lazer ao rio; posto de saúde inacessível; dificuldade de acesso à água potável; medo e ansiedade gerados pela suspeita de contaminação do solo, água e ar; preocupação com a saúde à longo prazo; dificuldade de acesso às comunidades (poucas linhas/horários de transporte coletivo).

### Betim

O município apresenta um território de **343.884 km<sup>2</sup>** com a população estimada de **450.024 habitantes** (IBGE, 2022). Nesse município a Aedas assessora atualmente **18 comunidades**: Alto da Boa Vista, Condomínio Belvedere, Assentamento 2 de Julho, Charneca, Colônia de Santa Isabel, Cruzeiro, Monte Calvário, Paquetá, Vila Nova (Troca Tapa), Vila Rica (Quebra Galho), São Jorge, São José, Vila dos Navegantes, São Marcos, Sol Nascente, Vila Machadinho, Furtado (Vale Verde) e Flores e Floresta.

Dentre os danos levantados pela Aedas nas comunidades do município estão: abalo a renda, perda das produções (plantações e criação de animais), dificuldade de comercializar os produtos, perda da tranquilidade, aumento do preconceito e estigma pela possível contaminação da água e solo, danos aos imóveis, perda das formas de lazer, necessidade de regularização do auxílio emergencial, dificuldade de acesso ao

auxílio emergencial, perda das plantações, desaparecimento dos animais, possível contaminação da Água, ar e solo, perda do lazer no rio, suspensão dos projetos sociais, aumento das doenças respiratórias, aumento das doenças mentais, diarreias, vômitos, dor de cabeça, surto de dengue, pessoas com feridas pelo corpo, desvalorização dos imóveis, danos às estruturas das casas, evasão dos atingidos, irregularidade no abastecimento de água, medo da contaminação dos afluentes do Parapeba, aumento de animais peçonhentos, queda no rendimento escolar, aumento da poeira, relato de depressão e aumento do alcoolismo na região, impossibilidade de pescar, diminuição do turismo, medo de possível contaminação do Córrego Pimenta, aumento de atores “estranhos” no território, aumento do tráfego de veículos, aumento da possibilidade de acidentes com veículos, medo de possíveis enchentes com o rio já contaminado.

### **Juatuba**

O município apresenta um território de **97.172 km<sup>2</sup>** com a população estimada de **27.823 habitantes** (IBGE, 2022). No município de Juatuba a Aedas assessora **9 comunidades**: Francelinos, Satélite, Ponte Nova, Cidade Nova, Nova Esperança, Diamantina, Castelo Branco, Samambaia e Ocupação Santa Fé.

Dentre os danos levantados no município pela Aedas, estão: abalo à renda de comerciantes, pescadores, sitiantes e agricultores, auxílio emergencial inacessível aos pescadores, irregularidades no auxílio emergencial, morte de animais silvestres, impossibilidade do uso do rio para trabalho, irrigação e lazer; estigma de contaminação nas produções agrícolas do local, dificuldade de escoar a produção, ausência de outras fontes de lazer para além do rio, queda no turismo local, acesso restrito a postos de saúde, medo de contaminação da água, solo, neblina e ar, aumento do índice de pessoas com sofrimento mental, doenças de pele, respiratórias e dos casos de dengue, sobrecarga de trabalho dos membros da Comissão, água da COPASA tem causado alergias e irritações cutâneas, estudo da necessidade de reassentamento da população ribeirinha, abalo à segurança alimentar, desvalorização dos imóveis.

### **Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA)**

Os Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) são oriundos dos municípios de Betim, Juatuba, Mário Campos, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Mateus Leme. O município de Mateus Leme passou a ser assessorado pela Aedas no que se refere aos PCTRAMA (Conforme Protocolo de Consulta PCTRAMA). As delimitações do GAA do PCTRAMA não estão, portanto, circunscritas aos limites físicos de um território (município ou comunidade), mas sob uma dimensão cultural. Os PCTRAMA estão inseridos em **36 Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs)**, localizadas nos 6 municípios aqui descritos.

No decorrer dos diálogos estabelecidos junto aos PCTRAMA foram apontados danos que afetam de maneira particular estes povos e comunidades tradicionais, como por

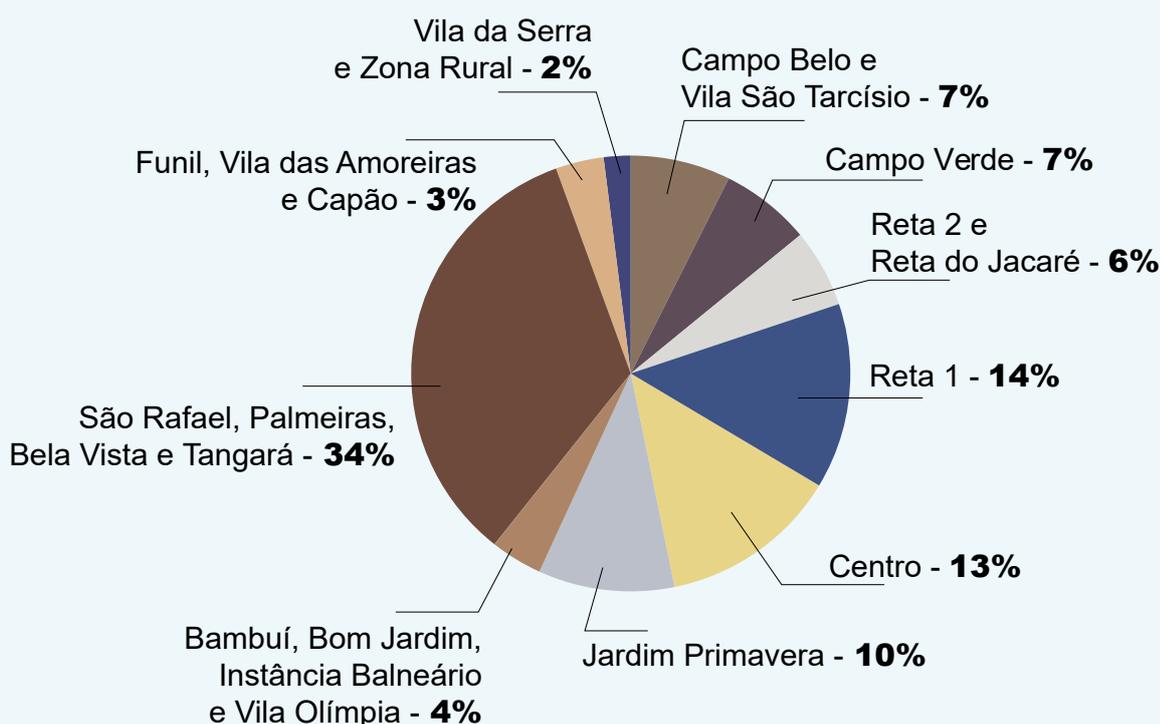
exemplo: impactos na qualidade de vida, perda de acesso à água de qualidade, contaminação da água, perda do lazer, perda da soberania e segurança alimentar, danos a objetos e espaços sagrados, degradação ambiental e impacto das áreas culturais, perda do convívio com o rio Paraopeba, abalo à saúde física e emocional, aumento de doenças, contaminação dos poços e degradação ambiental (Protocolo de Consulta PCTRAMA). Durante o processo de reparação, estas comunidades também relatam um aprofundamento no atingimento de suas Unidades Territoriais Tradicionais, bem como dos indivíduos que as compõem.

Os mapas em anexo demonstram a abrangência territorial da atuação da Aedas na Região 2. É possível observar que, no município de Mário Campos, as comunidades abarcadas pelo processo de assessoria técnica independente estão distribuídas por toda extensão municipal, demonstrando a prevalência de danos não apenas na área mais próxima ao rio Paraopeba. Nos demais municípios contemplados, observa-se uma prevalência de comunidades às margens do Rio Paraopeba e vizinhanças, na região leste dos municípios de Igarapé, Juatuba e Mário Campos, e na região oeste de Betim, com algumas comunidades identificadas nas regiões centrais dos municípios em especial em São Joaquim de Bicas e Juatuba.

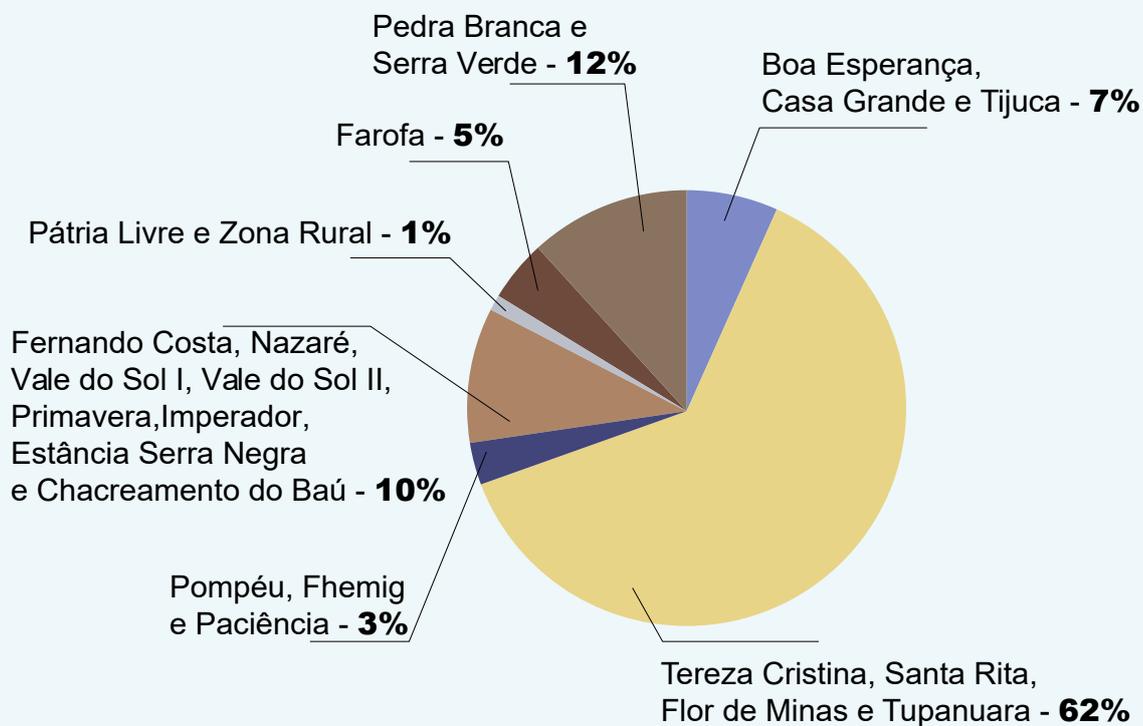
Os gráficos a seguir apresentam a distribuição populacional nas comunidades atendidas da Região 2 de acordo com a Projeção Populacional de 2020 (IBGE, 2022).

## DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL NOS SETORES CENSITÁRIOS ATENDIDOS PELA AEDAS NA R2, SEGUNDO PROJEÇÃO DO IBGE 2020

### Mário Campos

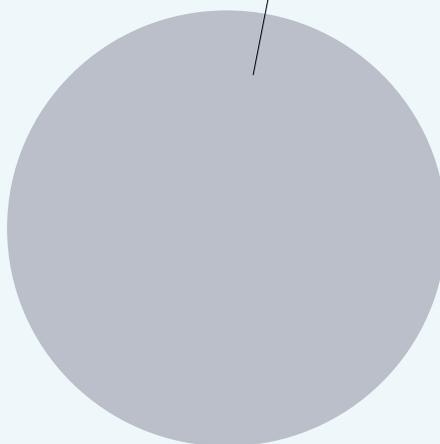


## São Joaquim de Bicas

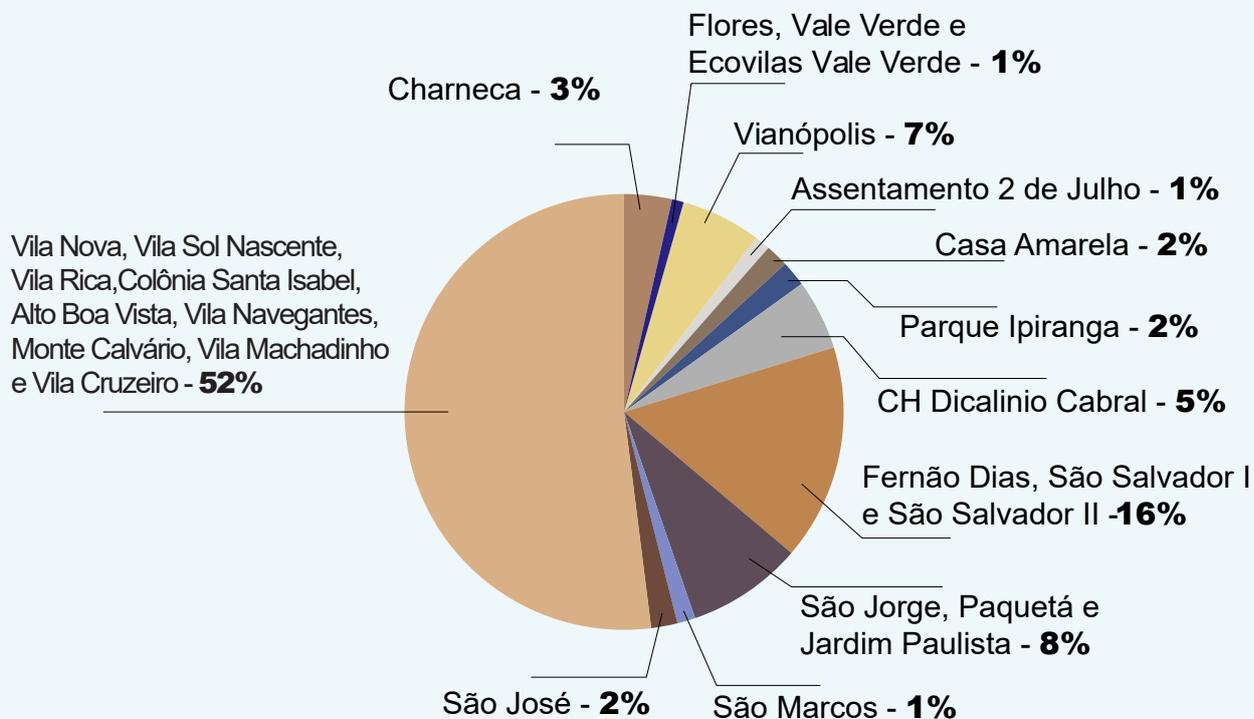


## Igarapé

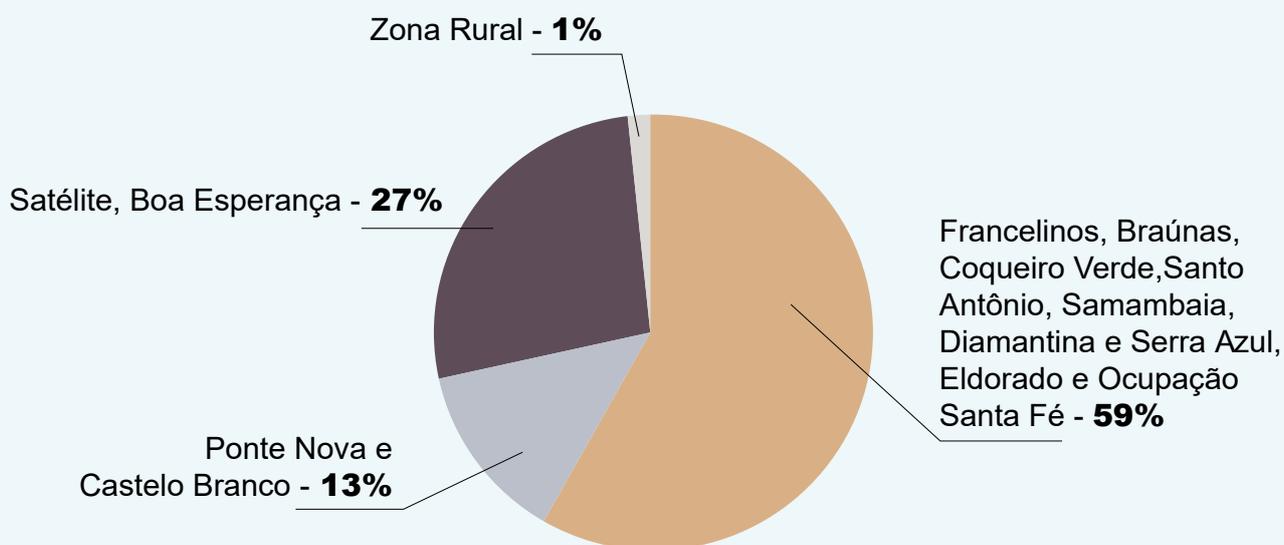
Beverly, Santa Ana, Brejo e Zona Rural - **100%**



## Betim



## Juatuba



A listagem dos setores censitários da Região 2 se encontram no Anexo 1 deste relatório. Vale destacar os setores censitários que circunscrevem as comunidades de:

- I. Tereza Cristina, Santa Rita, Flor de Minas e Tupanuara, em São Joaquim de Bicas;
- II. Vila Nova, Vila Sol Nascente, Vila Rica, Colônia Santa Isabel, Alto Boa Vista, Vila Navegantes, Monte Calvário, Vila Machadinhno e Vila Cruzeiro, em Betim;
- III. Francelinos, Braúnas, Coqueiro Verde, Santo Antônio, Samambaia, Diamantina e Serra Azul, Eldorado e Ocupação Santa Fé, em Juatuba.

Esses três setores censitários, correspondem a mais de 50% da população total atendida pela Aedas em seus respectivos municípios.

## METODOLOGIA PARTICIPATIVA DA AEDAS

Para além de tratarmos de público-alvo atendido, em perspectiva individualizada dos sujeitos, é fundamental considerar o quanto as Assessorias Técnicas têm se empenhado na preparação e promoção de espaços participativos. Isso porque, dentre outras medidas, são esses espaços que efetivamente asseguram o direito de acesso à informação (art. 5º, XIV, CR). Em sua metodologia, a Aedas busca trabalhar com um conjunto diverso de espaços de participação em nível local e regional que visam articular diferentes segmentos da população atingida, com frequências, públicos e temáticas específicas. Destacam-se dentre esses espaços: Grupos de Atingidos e Atingidas, Rodas de Diálogo, Seminários Temáticos, Coletivo de Agentes Multiplicadores e Comissões de Atingidos.

### Grupos de atingidos e atingidas (GAAs):

Os Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs) constituem **a célula fundamental da organização e da participação popular no processo de reparação dos danos, tendo como principal objetivo estimular a auto-organização das famílias atingidas**. É através dos GAAs que realizamos o acompanhamento familiar, haja vista que, nas reuniões periódicas, é possível ter um **diálogo mais aproximado sobre os direitos dos atingidos e atingidas, discutir sobre os danos causados pelo rompimento da barragem, suas implicações na vida da comunidade, possíveis formas de reparação, elaboração de pautas da comunidade e outros assuntos de interesse**.

O grupo também funciona como o espaço de acolhimento das demandas, sugestões e opiniões dos atingidos e atingidas, sendo possível monitorar e avaliar o trabalho da ATI por parte dos grupos. Por visarem um atendimento mais próximo das famílias atingidas, os GAAs se organizam a partir de bairros e comunidades, cada qual com uma dupla de mobilização responsável pelo atendimento.

### Rodas de Diálogo (RDs):

As Rodas de Diálogo são o instrumento participativo da metodologia Aedas acionado sempre que se faça necessária uma **comunicação rápida e em larga escala com a população atingida**. Na proposta atualizada de metodologia, **cada RD é composta por 5 GAAs acompanhados por um mobilizador(a)**, sendo mobilizadas 95 pessoas atingidas por RD na Região 1 e 140 pessoas por RD na Região 2. Todavia, uma vez que todos os espaços participativos da ATI são abertos, este número pode variar a depender da reunião.

### Seminários Temáticos (STs)

Seminários Temáticos são espaços de discussão que têm como objetivo **reunir atingidos e atingidas a partir de temas e interesses em comum**. O seminário temático também pode ser acionado quando a assessoria avaliar a relevância de determinado tema a partir de sua importância dentro do processo de construção da reparação integral.

## Coletivo de Agentes Multiplicadores

A função prioritária desse coletivo é a de se constituírem enquanto **pessoas de referência em frentes específicas de trabalho dentro de seus territórios**. Os agentes multiplicadores participam de espaços formativos voltados à **facilitação de alinhamentos e posicionamentos ao longo da execução do Plano de Trabalho**. Além disso, integram a **instância regional de participação informada, participando dos espaços de tomada de decisão acerca dos desenhos de estruturas participativas** referentes ao acompanhamento de ações relacionadas aos anexos do acordo judicial. Também atuam como **correia transmissora de informações**, mobilizando e informando as respectivas comunidades a respeito do processo reparatório.

## Comissões de Atingidos e Atingidas

As Comissões de Atingidos e Atingidas constituem-se como **espaço participativo anterior à assessoria técnica independente** e foi devidamente agregado na metodologia proposta. As reuniões de comissões têm periodicidade semanal e atualmente elas funcionam em um caráter geral (todas as comissões da região são mobilizadas para estarem juntas). O espaço das comissões tem como função encaminhar alguns alinhamentos a nível de região, como: **diálogos sobre as consultorias especializadas; definição de nomes que participam dos espaços institucionais, como audiências e espaços de diálogo com as Instituições de Justiça; alinhamento das metodologias dos espaços participativos da assessoria; alinhamento de entendimentos e posição dos atingidos nos temas referentes à reparação integral**.

## Quantitativos dos espaços participativos

Considerando os dados registrados nas bases da Equipe de Gestão de Informações da Aedas, entre outubro de 2020 a abril de 2022, a Aedas promoveu **336 reuniões de Atingidas e Atingidos na R1 e 399 na R2**, compreendendo Rodas de Diálogo (RDs), Grupos de Atingidas e Atingidos (GAAs), Intercâmbio de Projetos e Seminários Temáticos (STs).

É importante considerar, ainda, que entre agosto de 2020 a dezembro de 2020, os GAAs não eram sistematizados pela Equipe de Gestão de Informações, mas pela Equipe de Mobilização. Cada encontro resultou em um relatório próprio e, a partir deles, conseguimos mapear o quantitativo de reuniões de GAAs realizado neste período, conforme indicado na tabela abaixo.

Considerando essas duas bases, temos o número total de espaços participativos promovidos pela Aedas entre agosto de 2020 e abril de 2022, à saber: **644 na R1 e 897 na R2**. Para além destes, a Aedas realizou, ainda, reuniões semanais com Comissões de Atingidos e Atingidas, lives, espaços tira-dúvidas, além da atividade permanente de acompanhamento familiar.

As RDs já eram registradas nas bases da Equipe de Gestão de Informações e os GAAs também passaram a receber a mesma tratativa de sistematização a partir de março de 2021, quando realizamos a quarta rodada de GAAs (que, internamente, nomeamos como GAA 3.2 ou “Intermediário”). A linha do tempo a seguir indica quais foram estes espaços participativos:

Legenda

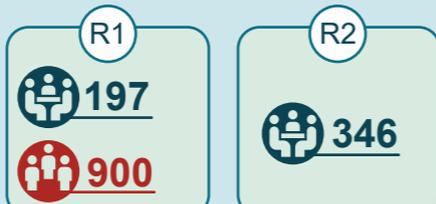
-  **Total de Reuniões**
-  **Total de Pessoas**
-  **Total de Mulheres**
-  **Total de Homens**

GAA's realizados entre Agosto e Dezembro de 2020

Demais Espaços Participativos realizados entre Outubro de 2020 e Abril de 2022

GAA 1ª Rodada

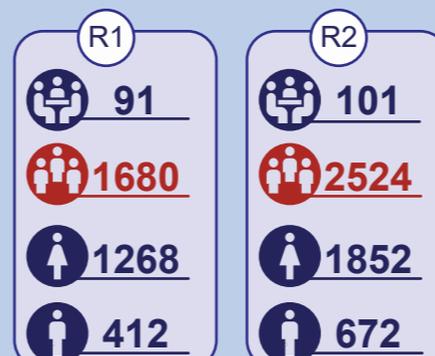
Discussão sobre as principais medidas emergenciais, novos critérios para o pagamento emergencial, com base em situações de vulnerabilidade das pessoas atingidas.



agosto 2020

RDs por Eixos Temáticos

Economia Trabalho (ETR); Educação e Serviços Socioassistenciais (EDU-Ssa); Moradia, Infraestrutura e Patrimônio (MIP); Patrimônio, Cultura, Esporte e Lazer (PCLE); Saúde (SAU), Socioambiental (SAM); Mulheres.



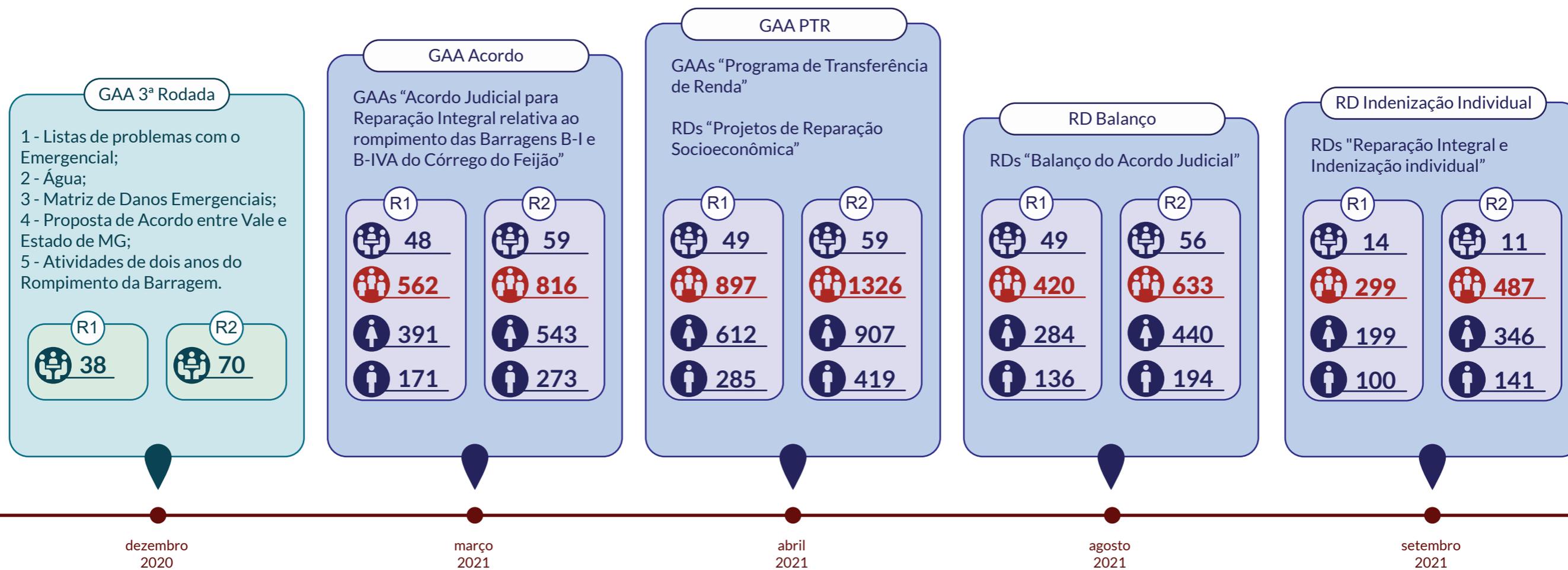
outubro 2020

GAA 2ª Rodada

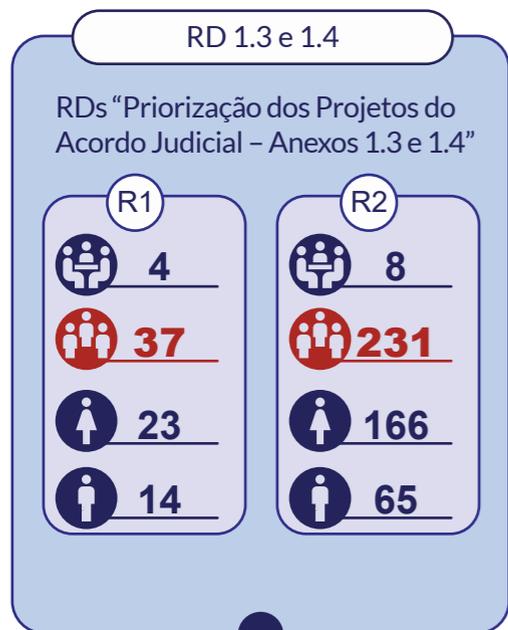
1. Elaboração de listas sobre pagamento emergencial;
2. Divulgação sobre a situação das petições de R\$ 26 bilhões e R\$ 28 bilhões e retorno do andamento do processo entre Vale e Governo do Estado;
3. Repasse do andamento das questões emergenciais da água;
4. Próximos passos da elaboração da Matriz Emergencial.



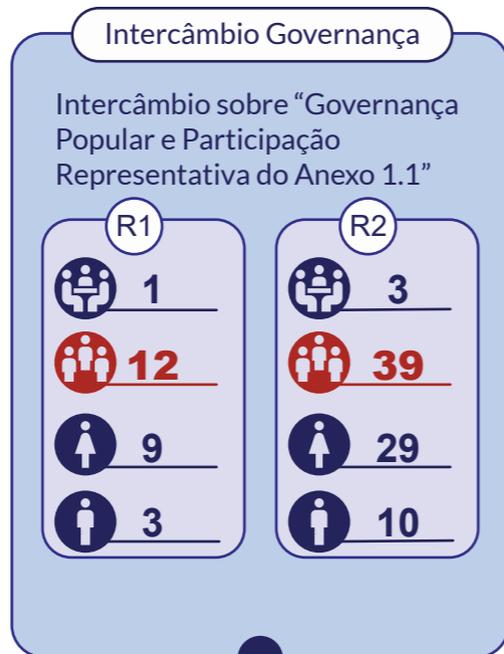
novembro 2020



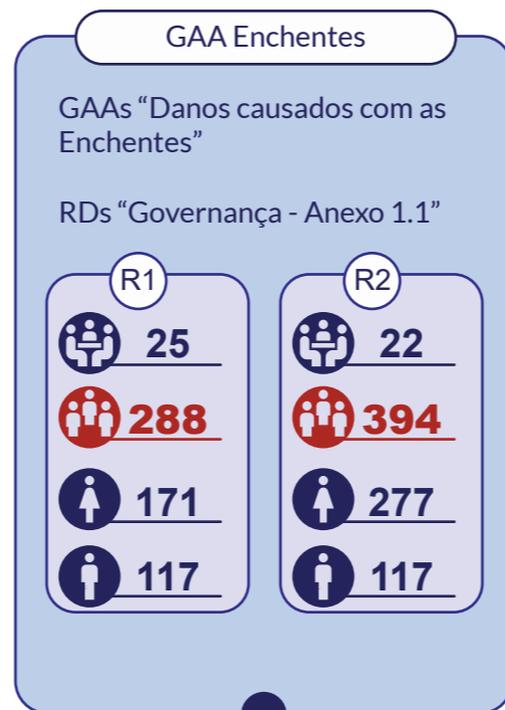
### Total de GAAs em 2020



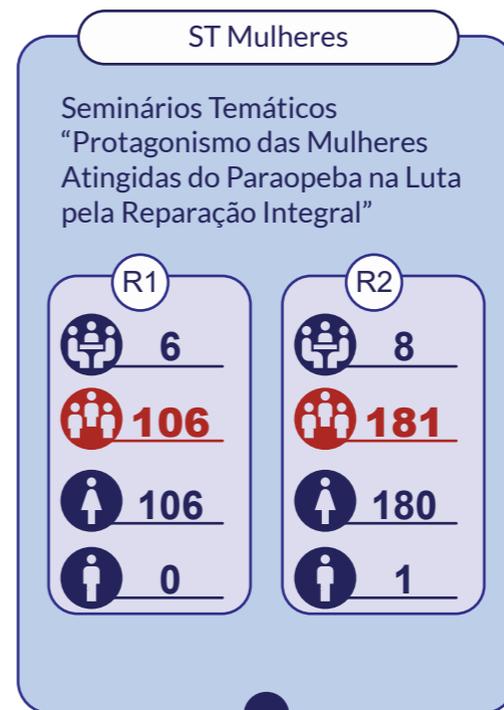
outubro  
2021



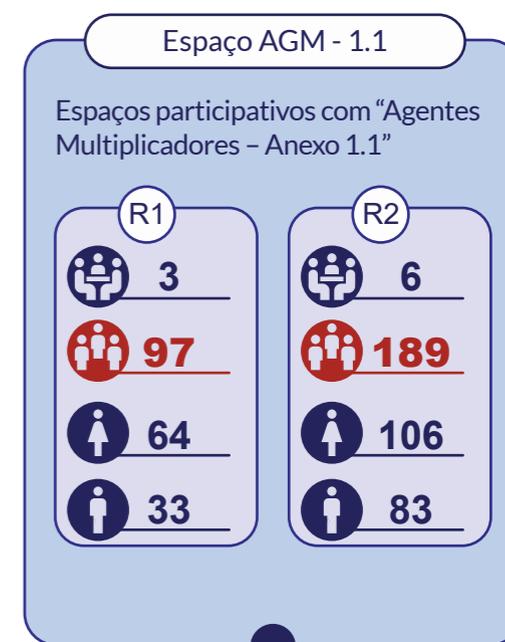
novembro  
2021



fevereiro  
2022



março  
2022



abril  
2022

É importante destacar que, ainda que o público atendido pela Aedas seja maior do que o público ativamente engajado nos espaços participativos, compreendendo que o eixo central e mais oneroso do trabalho de assessoria técnica independente é o processo de mobilização, o orçamento previsto para os planos de trabalho não se baseia na estimativa de público atendido, mas leva em conta os espaços participativos instituídos e necessários e a demanda dos próprios territórios por novos espaços. Nesse sentido, conforme descrito no plano de trabalho, cada profissional de mobilização é responsável pelo acompanhamento de 5 GAAs com, em média 19 pessoas, na Região 1 e 28 pessoas na Região 2. Esse mobilizador ou mobilizadora é também responsável pela Roda de Diálogo (RD), formada pelos 5 GAAs que acompanha.

## METODOLOGIA PARA CÁLCULO DE PÚBLICO-ALVO

### a. Bases de dados utilizadas:

Para o cálculo final, fizemos uma escolha rigorosa de quais bases de dados utilizaríamos. Para essa elegibilidade, foi premissa garantir que cada número fosse de fato uma pessoa que tivéssemos condições efetivas de rastrear. Com este compromisso, para a apresentação dos resultados não incluímos quaisquer fontes que apresentassem fragilidades de rastreamento. **Não contabilizamos, por exemplo, os atendimentos telefônicos, diálogos por mensageiros (como WhatsApp), tiragens de materiais de comunicação e nenhum nível de engajamento nas redes sociais, também não foram utilizados dados de consultorias contratadas pela Aedas, que, ainda não agregados às nossas bases de dados poderiam gerar risco de duplicação de informações.** Entendemos que esse acréscimo inflaria os dados, sem permitir a verificação efetiva de atendimento em uma perspectiva individualizada dos sujeitos assessorados e de suas famílias.

As bases de dados escolhidas para a avaliação acerca do público-alvo atendido foram:

- a. **Sistematização das Listas de Presença** dos Grupos de Atingidas e Atingidos (GAAs) e Sistematização de Listas de Presença de outros espaços participativos, como Rodas de Diálogo (RDs), Reuniões Ordinárias de Comissões de Atingidas e Atingidos, considerando-se também algumas visitas técnicas específicas sobre os Anexos do Acordo Judicial (1.1, 1.2, 1.3 e 1.4);
- b. **Banco de Dados “Irregularidades Água Vale”**, que registra demandas emergenciais apresentadas pelos atingidos em relação ao fornecimento de água pela Vale;
- c. **Banco de Dados “Irregularidades Água COPASA”**, que registra demandas emergenciais apresentadas pelos atingidos em relação ao fornecimento de água pela COPASA (essa coleta se iniciou em 24 de outubro de 2020);
- d. **Banco de Dados “Demandas Alimentação Animal”**, que registra demandas emergenciais apresentadas pelos atingidos a partir de problemas com a distribuição de alimentação animal, bem como dados sobre doenças e morte de animais relacionados com o rompimento (essa coleta se iniciou em 29 de abril de 2021);
- e. **Sistematização de demandas emergenciais retroativas**, no qual reunimos parte das demandas individualizadas acerca de água e alimentação animal, que verificamos internamente que não estavam arroladas nos bancos de dados mencionados acima;
- f. **Banco de Dados “Auxílio Emergencial”**, que registra demandas dos atingidos relacionadas ao pagamento do Auxílio Emergencial, no período em que esteve vigente (essa coleta se iniciou em 03 de novembro de 2020);

- g. Banco de Dados “Levantamento Emergencial – Enchentes”**, que registra demandas dos atingidos por problemas ocasionados pelas enchentes de janeiro do corrente ano, inclusive agravando danos gerados pelo rompimento da barragem (essa coleta se iniciou em 12 de janeiro de 2022);
- h. Banco de Dados “PCTRAMA”**, em que realizamos o cadastramento de Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana, tanto a partir de registros individuais quanto coletivos, respeitando o Protocolo de Consulta Prévia e Informada (essa coleta se iniciou em 19 de março de 2021);
- i. Banco de Dados “Registro Familiar”**, em que realizamos o cadastramento de referências familiares e de todo o seu núcleo familiar, levantando informações relativas ao perfil socioeconômico e avaliações preliminares acerca dos danos decorrentes do rompimento da barragem do Córrego do Feijão.

A diversidade de bases de dados analisadas para a contagem do público atendido demanda uma compatibilização das informações para a verificação de pessoas duplicadas. Para isso, **foram padronizados nome, CPF, RG e telefone, com a retirada de acentos, espaços e demais caracteres que possam inviabilizar o cruzamento entre as bases de dados. A partir disso foi feita a junção das bases considerando os campos de Nome, CPF, RG e Telefone, resultando em uma base final sem duplicações e repetições.**

No entanto, para o cálculo final do número de atingidos é necessário considerar a natureza de cada uma das bases. O Registro Familiar possui o cadastro de cada um dos membros que compõe o núcleo familiar, sendo possível a contagem completa do número de atingidos, considerando toda a composição do Núcleo Familiar. O Registro dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) possui uma lógica distinta, uma vez que é norteado pelo Protocolo de Consulta Prévia e Informada, no qual a comunidade pode indicar se fará registros individuais (por pessoas) ou apenas um registro coletivo da Unidade Territorial Tradicional (UTT) a qual pertence. Diferente disso, as bases de dados em que são registradas demandas emergenciais dos atingidos e as bases dos espaços participativos (RDs, GAAs, STs etc.), possuem uma natureza individual e não familiar de registro, o que subdimensiona a número de pessoas atendidas no território, assim como no caso dos registros coletivos de PCTRAMA.

Uma vez que a lógica de atuação da ATI é familiar, compreendendo que o atendimento de um indivíduo caracteriza o assessoramento de um núcleo familiar, às bases de dados cujo registro é individual, aplicou-se um fator multiplicador de 3,07. Destacamos que o fator multiplicador que utilizamos já considera a diminuição do tamanho médio das famílias no Brasil, que passou de 3,62 para 3,07 pessoas (OBSERVATÓRIO NACIONAL DA FAMÍLIA, 2021). Importa salientar que o número médio de indivíduos por família identificado nos

registros familiares da Aedas é de 3,6, todavia, a opção por um fator multiplicador mais conservador visa reduzir as discrepâncias possivelmente geradas pela impossibilidade de controle de duplicações ao realizarmos essa estimativa.

## **b. Frequência de atendimento:**

A frequência de atendimento individual não permite uma compreensão do processo participativo instituído no território. De fato, diversos fatores podem influenciar a frequência e sazonalidade do processo participativo, tais como:

**1 - Participação de família ou grupo:** a participação e mobilização sociais não são processos estanques e circunscritos aos espaços de diálogo. Esta, ocorre em múltiplos espaços, formais e informais de debate público de ideias e construção de entendimentos, fomentando situação de abundância comunicativa que propicia o engajamento (MENDONÇA, 2011). Nesse sentido, agentes que participam dos espaços de diálogo, atuam como transmissores de informação e promotores do diálogo em seus círculos sociais, gerando participação em diferentes esferas.

**2 - Intencionalidade da mobilização:** Conforme apontam Werneck et. al. (2004), toda mobilização é orientada. Visa alcançar um objetivo pré-definido. Nesse sentido, a frequência de participação depende do interesse daquele indivíduo ou grupo com relação ao objetivo proposto, bem como o cálculo racional de viabilidade da obtenção daquele objetivo a partir do engajamento nos espaços participativos instituídos.

**3 - Desmobilização:** Diversos fatores podem influenciar na frequência individual nos espaços participativos, para mencionar alguns podemos citar: impossibilidade de horário, cansaço, frustração com o processo reparatório, avaliação de pouca efetividade do engajamento, ou mesmo o cálculo racional de que há outras pessoas participando (tragédia dos comuns).

Tendo em vista os aspectos apresentados, mais do que a frequência individual, é importante identificar o engajamento coletivo nos diferentes níveis de participação disponíveis na metodologia da Aedas. Nesse sentido, o espectro de participação proposto por Silva e Selig (2015) e sistematizado por Vitorelli e Barros (2022) se apresenta como um indicador adequado para a qualificação da mobilização realizada no território. Os autores, a partir do modelo de círculos concêntricos, apresentam como níveis de participação: 1) Público-alvo; 2) Público atingido; 3) Público envolvido; 4) Público engajado; 5) Participação colaborativa; 6) Colaboração. Com base nas definições apresentadas pelos autores, propomos a associação dos espaços participativos da Aedas às diferentes categorias apresentadas e a apresentação deste indicador de mobilização, a partir da quantificação de presentes a partir de cada uma das categorias. As associações feitas e justificativas estão descritas a seguir.

## ESPECTRO DE MOBILIZAÇÃO EM VITORELLI E BARROS (2022) E ASSOCIAÇÃO COM A REALIDADE DE ATENDIMENTO DA AEDAS NOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS

Categoria	Associação	Justificativa
Público-Alvo	Pop. do município	Área de atuação da ATI conforme edital de chamamento público
Público Atingido	Pop. das comunidades atendidas	Entende-se que esse público tem acesso direto ao trabalho e comunicação da ATI, assim tomando conhecimento.
Público Envolvido	Público total registrado nos bancos de dados da ATI	Entende-se que qualquer pessoa que tenha buscado a ATI em algum momento para atendimento, para apoio nos processos de pesquisa realizados ou que tenha participado dos espaços desenvolvidos, demonstrou interesse no trabalho da ATI.
Público Engajado	Público atuante nos espaços participativos da Aedas	Entende-se que este público não apenas demonstrou interesse nos trabalhos da ATI, como se inseriu nas atividades participativas, engajando-se no processo reparatório.
Participação Colaborativa	Público inserido nas Comissões e Espaços AGM	Conforme descrito anteriormente estes espaços são as principais instâncias de deliberação e difusão de informação na metodologia proposta, as pessoas atuantes nesses espaços se propõem a auxiliar na transmissão de informações, mobilização das comunidades e organização de pautas e propostas coletivas.

A sexta categoria, colaboração, pode ser identificado em diferentes espaços participativos da ATI. São atingidos e atingidas que em sua participação ativa e engajada contribuem cotidianamente para o trabalho de mobilização e para a reparação integral. Entendemos a categoria de colaboração como as lideranças mais presentes e engajadas no processo reparatório, que trazem contribuições por seu conhecimento técnico do processo, acúmulo histórico e capacidade de mobilização. Todavia, uma vez que esta categoria não corresponde a nenhum dos espaços de participação instituídos e, que o processo de mobilização é fundamentalmente coletivo e colaborativo, não se faz adequado ética ou metodologicamente a identificação individual ou tentativa de quantificação dessas lideranças.

## RESULTADOS

Nas tabelas abaixo, indicamos os quantitativos verificados nos Bancos de Dados que escolhemos para a composição deste cálculo. Destacamos que todas as bases passaram por tratamento de dados a partir da verificação de inconsistências. Individualizadas, elas não possuem duplicidades de informações. No entanto, uma mesma pessoa pode aparecer em mais de um Banco de Dados, pois pode ter acessado a assessoria por vias distintas. Exemplo: Maria José fez o Registro Familiar e também acionou a ATI para informar demandas referentes ao fornecimento de água pela COPASA. Logo, Maria José aparecerá tanto no banco do Registro Familiar, como no banco de demandas emergenciais por fornecimento de água pela COPASA.

Assim, para chegarmos a números fidedignos do total de pessoas atingidas atendidas pela Aedas, a partir dos bancos de dados que elegemos para essa demonstração, indicamos o número total de pessoas em cada Banco de Dados (já com as possíveis inconsistências corrigidas e sem duplicações) e, na tabela seguinte indicamos o número de pessoas nas bases de dados, mas garantindo que elas serão contabilizadas em apenas um Banco de Dados.

NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS EM UM OU MAIS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO PROMOVIDOS PELA AEDAS					
Forma de estimativa	Base de Dados	Público R1	Público R2	Outros*	Total
Número de pessoas que assinaram lista de presença em espaços participativos promovidos pela Aedas. Para tal cálculo, considerou-se as pessoas que participaram de Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs), pessoas que participaram de Rodas de Diálogo (RDs) e Reuniões Ordinárias de Comissões, considerando-se também algumas visitas técnicas específicas sobre os Anexos do Acordo Judicial (1.1, 1.2, 1.3 e 1.4).	<b>Listas de presença GAAs</b>	3.052	6.397	0	9.449
	<b>Lista de Presença demais espaços participativos</b>	6.949	11.908	1.858	20.715

\*A coluna 'Outros' indica listas ou inserções que por falha de registro, não pôde ser identificada a região de origem

Número de pessoas com registros de demandas emergenciais sobre água e alimentação animal	<b>Irregularidades Água - VALE</b>	190	1.580	0	1.770
	<b>Irregularidades Água - COPASA</b>	119	1.448	0	1.567
	<b>Demandas - Alimentação Animal</b>	35	283	0	318
	<b>Demandas Individualizadas retroativas</b>	20	33	0	53
Número de pessoas registradas em outras Bases de Dados de demandas de caráter Emergencial	<b>Auxílio Emergencial</b>	3570	12.801	0	16.371
	<b>Levantamento Emergencial - Enchentes 01/2022</b>	63	109	0	172
Número de pessoas que realizaram o Registro Familiar e Registro de Povos de Comunidades de Matrizes Africanas (PCTRAMA)	<b>PCTRAMA</b>	0	1.110	0	1.110
	<b>RF</b>	7889	15.571	135	23.595
Número de pessoas que tenham solicitado ou realizado atendimentos individuais com as equipes da Aedas: para o cálculo deste subindicador, caberia a utilização dos dados de atendimento diário realizado pelos mobilizadores e mobilizadoras da Aedas, somados aos dados de casos de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade atendidos por meio de escuta ativa, pareceres técnicos ou outros encaminhamentos. Entretanto, uma vez que a Aedas ainda não tem esses dados consolidados e considerando o risco da duplicação dos dados, optou-se por não preencher este subindicador, deixando-o zerado.	<b>N/A</b>	0	0	0	0
<b>TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS (SEM VERIFICAÇÃO DE DUPLICIDADES)</b>		<b>21.887</b>	<b>51.240</b>	<b>1.993</b>	<b>75.120</b>

\* Considerando a somatória de todas as Bases de Dados aqui apresentadas

<b>NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS EM UM OU MAIS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO PROMOVIDOS PELA AEDAS, SUBTRAINDO AS RECORRÊNCIAS</b>					
<b>Forma de estimativa</b>	<b>Base de Dados</b>	<b>Público R1</b>	<b>Público R2</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Número de pessoas que assinaram lista de presença em espaços participativos promovidos pela Aedas. Para tal cálculo, considerou-se as pessoas que participaram de Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs), pessoas que participaram de Rodas de Diálogo (RDs) e Reuniões Ordinárias de Comissões e alguns, considerando-se também algumas visitas técnicas específicas sobre os Anexos do Acordo Judicial (1.1, 1.2, 1.3 e 1.4).	<b>GAA</b>	3.015	6.298	0	9.313
	<b>Lista de Presença</b>	4.454	8.354	1.526	14.334
Número de pessoas com registros de demandas emergenciais sobre água e alimentação animal	<b>Irregularidades Água - VALE</b>	175	1.298	0	1.473
	<b>Irregularidades Água - COPASA</b>	117	1.422	0	1.539
	<b>Demandas - Alimentação Animal</b>	35	280	0	315
	<b>Demandas Individualizadas retroativas</b>	20	33	0	53
Número de pessoas registradas em outras Bases de Dados de demandas de caráter Emergencial	<b>Auxílio Emergencial</b>	3564	12.797	0	16.361
	<b>Levantamento Emergencial - Enchentes 01/2022</b>	59	104	0	163
Número de pessoas que realizaram o Registro Familiar e Registro de Povos de Comunidades de Matrizes Africanas (PCTRAMA)	<b>PCTRAMA</b>	0	1.110	0	1.110
	<b>RF</b>	7889	15.571	135	23.595

Número de pessoas que tenham solicitado ou realizado atendimentos individuais com as equipes da Aedas: para o cálculo deste subindicador, caberia a utilização dos dados de atendimento diário realizado pelos mobilizadores e mobilizadoras da Aedas, somados aos dados de casos de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade atendidos por meio de escuta ativa, pareceres técnicos ou outros encaminhamentos. Entretanto, uma vez que a Aedas ainda não tem esses dados consolidados e considerando o risco da duplicação dos dados, optou-se por não preencher este subindicador, deixando-o zerado.	N/A	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>19328</b>	<b>47267</b>	<b>1661</b>	<b>68.256</b>
<b>TOTAL SEM DUPLICIDADE - COM OUTROS</b>		<b>15101</b>	<b>31802</b>	<b>1402</b>	<b>48305</b>
<b>TOTAL SEM DUPLICIDADE - SEM OUTROS</b>		<b>15552</b>	<b>32753</b>		<b>48305</b>
<b>CONSTAM NO RF - SEM OUTROS</b>		<b>7934</b>	<b>15661</b>		<b>23595</b>
<b>NÃO CONSTAM NO RF</b>		<b>7618</b>	<b>17092</b>		<b>24710</b>
<b>TOTAL PESSOAS (RF + SEM CADASTRO * 3.07 MEMBROS)</b>		<b>31322</b>	<b>65835</b>		<b>97157</b>

\* Considerando a somatória de todas as Bases de Dados aqui apresentadas, subtraindo todos os nomes que se repetem em mais de uma base.

<b>RESUMO</b>	<b>PÚBLICO R1</b>	<b>PÚBLICO R2</b>	<b>TOTAL</b>
TOTAL SEM DUPLICIDADE - SEM OUTROS	15552	32753	48305
NÃO CONSTAM NO REGISTRO FAMILIAR	7618	17092	24710
CONSTAM NO REGISTRO FAMILIAR	7934	15661	23595
<b>TOTAL PESSOAS (RF + SEM CADASTRO * 3.07 MEMBROS)</b>	<b>31322</b>	<b>65835</b>	<b>97157</b>

\* Resumo do Público-alvo Atendido pela Aedas, considerando todas as Bases de Dados aqui apresentadas, subtraindo todos os nomes que se repetem em mais de uma base.

## b) Engajamento do público da Aedas nos espaços participativos

Como descrito anteriormente como proxy razoável para dimensionamento de frequência optou-se pelo indicador de engajamento da população nos espaços de mobilização desenvolvidos pela Aedas. Para tanto adotou-se a caracterização em círculos concêntricos do processo de mobilização segundo Vitorelli e Barros (2022).

Para este cruzamento, cada categoria identificada pelos autores foi associada a uma base de dados ou espaço participativo da Aedas e o público engajado foi calculado. Assim:

**PÚBLICO-ALVO:** *“Público interessado ou que possa se interessar pela mobilização”.* **Aqui toma-se como referência a população total dos municípios.** Uma vez tratar-se das áreas estabelecidas no edital de chamamento público de atuação da assessoria técnica independente. Dessa forma, qualquer pessoa que possa vir a se interessar ou se reconhecer enquanto atingida nesses territórios poderá ser atendida pela assessoria técnica independente.

**PÚBLICO ATINGIDO:** *“Público que toma conhecimento das atividades de mobilização”.* Cabe aqui um esclarecimento terminológico. Os autores abordam “atingido” como atingido pela mobilização e não pelo desastre. **Para esta categoria foi considerada, na Região 2, a projeção populacional segundo o censo 2020. Para a Região 1, devido a abrangência territorial da atuação da Aedas no município,** da abrangência das medidas reparatórias como pagamento mensal emergencial/ PTR e anexo 1.4, **compreende-se que esta categoria de público se confunde com a de público-alvo,** tendo sido considerada aqui a população do município.

**PÚBLICO ENVOLVIDO:** *“Público que demonstra algum tipo de interesse no processo de mobilização”.* Aqui foi considerado o **número de pessoas, excluídas duplicações, presentes nas bases de dados da Aedas utilizadas para este relatório.** Entende-se que qualquer pessoa que tenha buscado atendimento da assessoria técnica independente em algum momento durante o processo de mobilização, demonstrou interesse, portanto se enquadra nesta categoria.

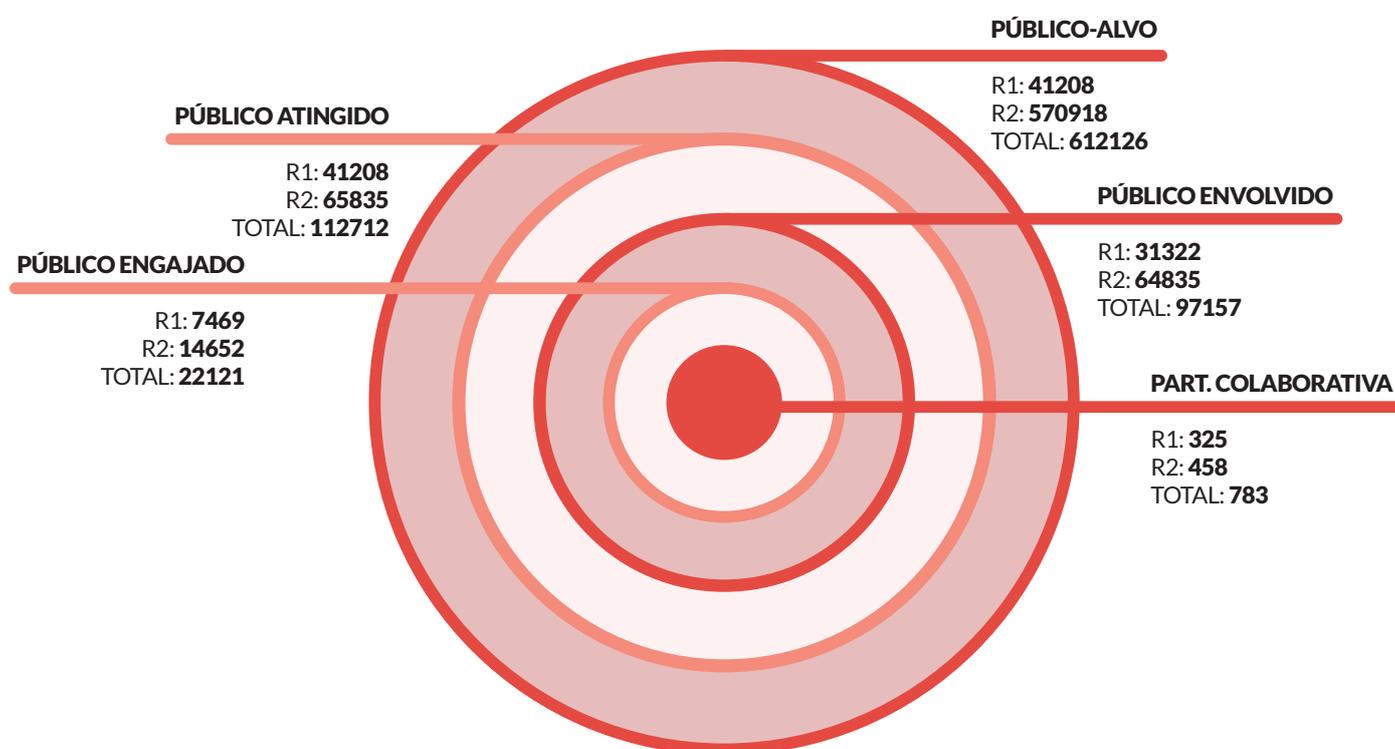
**PÚBLICO ENGAJADO:** *“Público que participa da mobilização”.* Foram consideradas aqui as **pessoas atingidas que participam de quaisquer espaços participativos da Aedas, conforme apresentado anteriormente.** São pessoas que não apenas buscaram a ATI para uma demanda específica, mas se envolveram no processo de mobilização e participação.

**PARTICIPAÇÃO COLABORATIVA:** *“Público que se manifesta e colabora efetivamente com o processo de mobilização”.* É de compreensão da Aedas que quaisquer pessoas que abdicuem de outras atividades para participar no processo reparatório colaborem efetivamente com o processo de mobilização, todavia, para propósito desse relatório, foram consideradas nessa categoria **as pessoas engajadas como agentes multiplicadores e nas comissões de atingidos.** Os agentes multi-

plicadores são indivíduos que se voluntariam para um aprofundamento maior nos temas da reparação, para auxiliar na disseminação de informações na comunidade e apoiar no processo de mobilização. As comissões de atingidos, por sua vez, são pessoas atingidas que participam semanalmente de reuniões sobre o processo reparatório, definindo pautas prioritárias, posicionamentos, cobrando informações e contribuindo para o controle social da assessoria técnica independente. Os números apresentados advêm das listas de AGMs e Comissões de atingidos sistematizadas pelas equipes de mobilização da Aedas.

**COLABORAÇÃO:** “Público que contribui com conhecimentos úteis e adequados ao objetivo da mobilização”. A categoria de mobilização, conforme descrito por Vitorelli e Barros (2022) não pode ser associada a um espaço participativo. Trata-se de indivíduos presentes em vários dos espaços anteriormente descritos, que por seu envolvimento com o processo reparatório e conhecimentos específicos, aprimora cotidianamente os trabalhos da Aedas e contribui para a qualidade dos espaços participativos desenvolvidos. São pessoas que de forma orgânica passam a contribuir de forma mais ativa com a mobilização no cotidiano. **Não seria adequada a tentativa de contagem ou identificação dessas lideranças, portanto, esta categoria foi desconsiderada para a elaboração deste relatório.**

## PÚBLICO ENGAJADO DA AEDAS, A PARTIR DE VITORELLI E BARROS (2022)



## APRIMORAMENTOS BASES DE DADOS

Para a Aedas, garantir a qualidade da gestão de dados é imprescindível para o processo de reparação integral. Compreendemos que nenhuma atividade se sustenta sem que as informações que a subsidiam ou por ela geradas assegurem confiabilidade, rastreabilidade e disponibilidade. Neste sentido, desde o início de suas atividades no Projeto Paraopeba, atuando nas Regiões 1 e 2, a assessoria mantém papel ativo na busca de aperfeiçoamento de suas bases, dedicando-se a buscar soluções e implementar ferramentas seguras para os processos de coleta, gestão, tratamento, análise e disponibilidade de dados.

Destaca-se que, nos primeiros meses de atuação da ATI, a Aedas precisou se dedicar arduamente na construção e implementação de infraestrutura física e tecnológica para o Projeto Paraopeba, a fim de assegurar condições mínimas de trabalho para seus profissionais. Um processo que impôs muitos desafios, agravados pelo contexto de pandemia, onde todo nosso Plano de Trabalho precisou ser adaptado para o formato remoto. Foram meses até que tivéssemos condições de compra dos equipamentos básicos de trabalho (desktops, notebook, celular institucional), armazenamento em nuvem, licenças do Sistema Operacional, Antivírus etc.

Esse contexto, de deficiências sensíveis nas condições de trabalho (tanto em recursos materiais, quanto em Recursos Humanos), inevitavelmente implicou em dificuldades de sistematização e armazenamento adequados dos espaços participativos promovidos nos primeiros meses de trabalho e perda de rastreabilidade dessas evidências ou de informações precisas que permitam o cruzamento de dados para verificação de duplicidades. Por este motivo, não estamos considerando, nos números apresentados acima, nenhum espaço que não tenhamos sistematizado em nossos bancos de dados, com informações suficientes que permitam verificação de inconsistências, bem como sua credibilidade.

Destaca-se também que, de abril a agosto de 2020, a Aedas atuou sem Técnicos de Dados no Projeto Paraopeba. De agosto de 2020 a novembro de 2021, a Aedas passou a contar com apenas 01 (um) Técnico de Dados por Região. Uma situação que impunha condições muito limitadas para a execução do trabalho, bem como da implementação de toda a infraestrutura que já entendíamos como necessária. Também contávamos com apenas 01 (um) Analista de Tecnologia e Sistemas da Informação que, no entanto, desempenhava funções que deveriam ser designadas a Técnicos de Informática, uma vez que não tínhamos este profissional em nosso quadro de RH.

Apesar dos limites, estruturais e orçamentários, avançamos exponencialmente em definições metodológicas e na implementação de soluções que garantam a qualidade da gestão de dados. Temos nos dedicado, cada vez mais, a automatização dos processos de coleta e gerenciamento. Isso vem acompanhado, também, da criação de procedimentos que asseguram a disponibilidade e a integridade das informações, através da criação de fluxos de informações e rotinas de processamento, armazenamento, classificação, identificação,

definições de permissões para compartilhamento de registros, monitoramento e estruturação de políticas de segurança aplicadas aos sistemas que utilizamos.

Desde o segundo semestre de 2020, implementamos uma ferramenta única de coleta de dados dos espaços participativos, de forma a garantir a centralização de sua gestão e, sobretudo a partir do segundo semestre de 2021, avançamos na construção de painéis interativos (dashboards) para visualização e disponibilização dos dados e de aplicativos específicos para Povos e Comunidades Tradicionais e para atividades de acompanhamento familiar. Em maio do ano corrente, implementamos uma plataforma centralizada para acolhimento, gestão e encaminhamento de demandas de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade. No mais, temos aprimorado o conjunto de práticas de levantamento e sistematização de dados, com todas as equipes do projeto.

Tivemos um longo e árduo trabalho até aqui, com muitos condicionantes e limitações, mas sempre norteado pelo compromisso com a segurança, qualidade e a confiabilidade das informações, logrando resultados muito positivos em nossa organização interna. Com a recente possibilidade para contratações de profissionais, temos planejado e organizado estruturas mais robustas e inteligentes para todo esse universo imbricado na gestão de dados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi apresentado ao longo deste relatório, uma série de esforços foram realizados pela Aedas para aprimoramento de nossos registros e bases de dados, estes esforços envolveram a limpeza sistemática duplicações de entradas, erros de preenchimento e padronização dos nomes. Nesse sentido, além de medidas imediatas, tomadas de forma a garantir a rastreabilidade dos dados presentes neste relatório, outras permanecem sendo realizadas para o aprimoramento contínuo de nossos trabalhos.

Nesse sentido, primando pela rastreabilidade dos dados apresentados e pela apresentação de uma metodologia clara, dados com baixo nível de confiança, tais como dados de engajamento em redes sociais, atendimentos telefônicos, atendimentos via Whatsapp, que ocupam grande parte do esforço de trabalho das equipes de mobilização da ATI, mas não possuem uma rastreabilidade clara, não foram utilizados. Da mesma forma, os dados coletados pelas consultorias da Aedas, que também apresentam quantitativo significativo de registros, por não estarem plenamente sistematizados, não foram utilizados para os cálculos aqui apresentados.

Todos esses fatores, associados a utilização de projeções conservadoras para a estimativa familiar, quando se fez necessário, leva a uma diferença de 6,27% do público apresentado no plano de trabalho entregue em fevereiro de 2022, para o relatório aqui apresentado. Destaca-se que essa diferença se encontra dentro de parâmetros razoáveis, tendo em vista que o tempo facultado para elaboração do cálculo do público-alvo no plano de trabalho impôs limites para o refinamento das bases sobre as quais foram realizadas as estimativas.

Destaca-se, por fim, que apesar do vultoso público já atendido pela Aedas nos territórios, entendendo que grande parte deste público não tem frequência de engajamento, todos os cálculos orçamentários da Aedas são realizados com base no público efetivamente engajado em nossos espaços participativos, bem como na demanda reprimida para ampliação desses espaços. A metodologia Aedas, compreendendo a participação como o núcleo central do modelo de assessoria técnica independente, concentra seus esforços na realização de espaços participativos, múltiplos, diversos e frequentes, buscando atender à população atingida em suas especificidades de danos, sociais e territoriais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Fatos e Números - Famílias e Filhos no Brasil. Brasília (DF): OBSERVATÓRIO NACIONAL DA FAMÍLIA - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Projeção dos dados populacionais de 2021. IBGE Cidades. Disponível em: [cidades.ibge.gov.br/](http://cidades.ibge.gov.br/). Acessado em 20 de junho de 2022.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento e (qual?) deliberação. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 206-227, 2011.

SILVA, Antonio Waldimir Leopoldino da; SELIG, Paulo Maurício. Avaliação Ambiental Estratégica orientada pela transdisciplinaridade. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 20, p. 165-174, 2015.

VITORELLI, Edilson, BARROS, José Ourismar. *Processo coletivo e Direito à Participação: Técnicas de Atuação Interativa em Litígios Complexos*. Editora Jus Podium, 2022.

WERNECK, Nisia Maria Duarte et al. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Autêntica Editora, 2004.

## ANEXOS

### 1. Setores Censitários da Região 2 – Projeção da População IBGE em 2020

Município	Comunidades	População 2020
Mário Campos	Campo Belo e Vila São Tarcísio	1161,47960885385
	Campo Verde	1052,55389630079
	Reta 2 e Reta do Jacaré	895,085203153426
	Reta 1	2121,68344451183
	Centro	2062,48468768951
	Jardim Primavera	1585,34270770164
	Bambuú, Bom Jardim, Instância Balneário e Vila Ondina	615,667070952092
	São Rafael, Palmeiras, Bela Vista e Tangará	5255,66563068526
	Funil, Vila das Amoreiras e Capão	554,100363856883
	Vila da Serra e Zona Rural	314,937386294724
Betim	Charneca	992,881824504
	Flores, Vale Verde e Ecovilas Vale Verde	223,51605054
	Vianópolis	1857,536020014
	Assentamento 2 de Julho	183,518441496
	Casa Amarela	444,679300548
	Parque Ipiranga	696,428957472
	CH Dicalínio Cabral	1342,272703506
	Fernão Dias, São São Salvador I e São Salvador II	4510,318619844
	São Jorge, Paquetá e Jardim Paulista	2399,85654264
	São Marcos	359,978481396
	São José	498,793712784
	Vila Nova, Vila Sol Nascente, Vila Rica, Colônia Santa Isabel, Alto Boa Vista, Vila Navegantes, Monte Calvário, Vila Machadinho e Vila Cruzeiro	14515,602882174
Igarapé	Beverly, Santa Ana, Brejo e Zona Rural	984,4397865

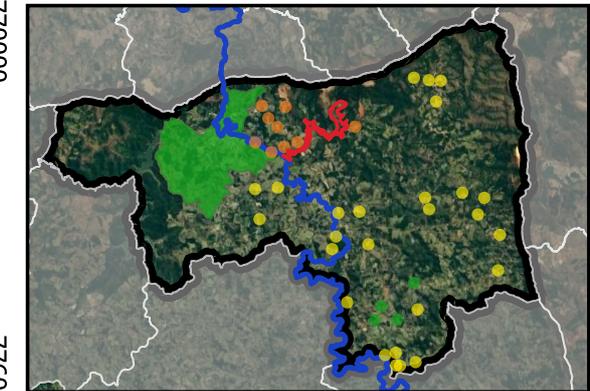
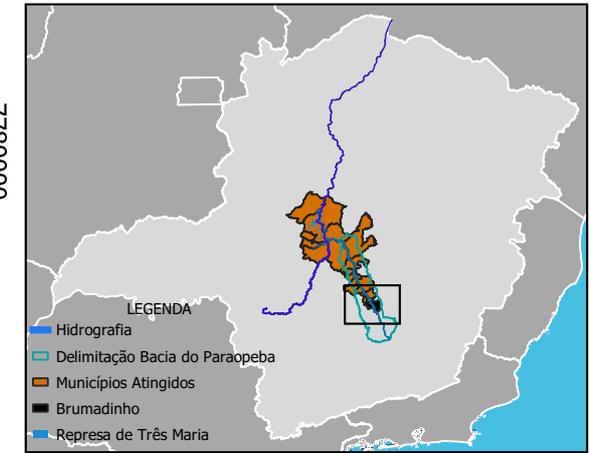
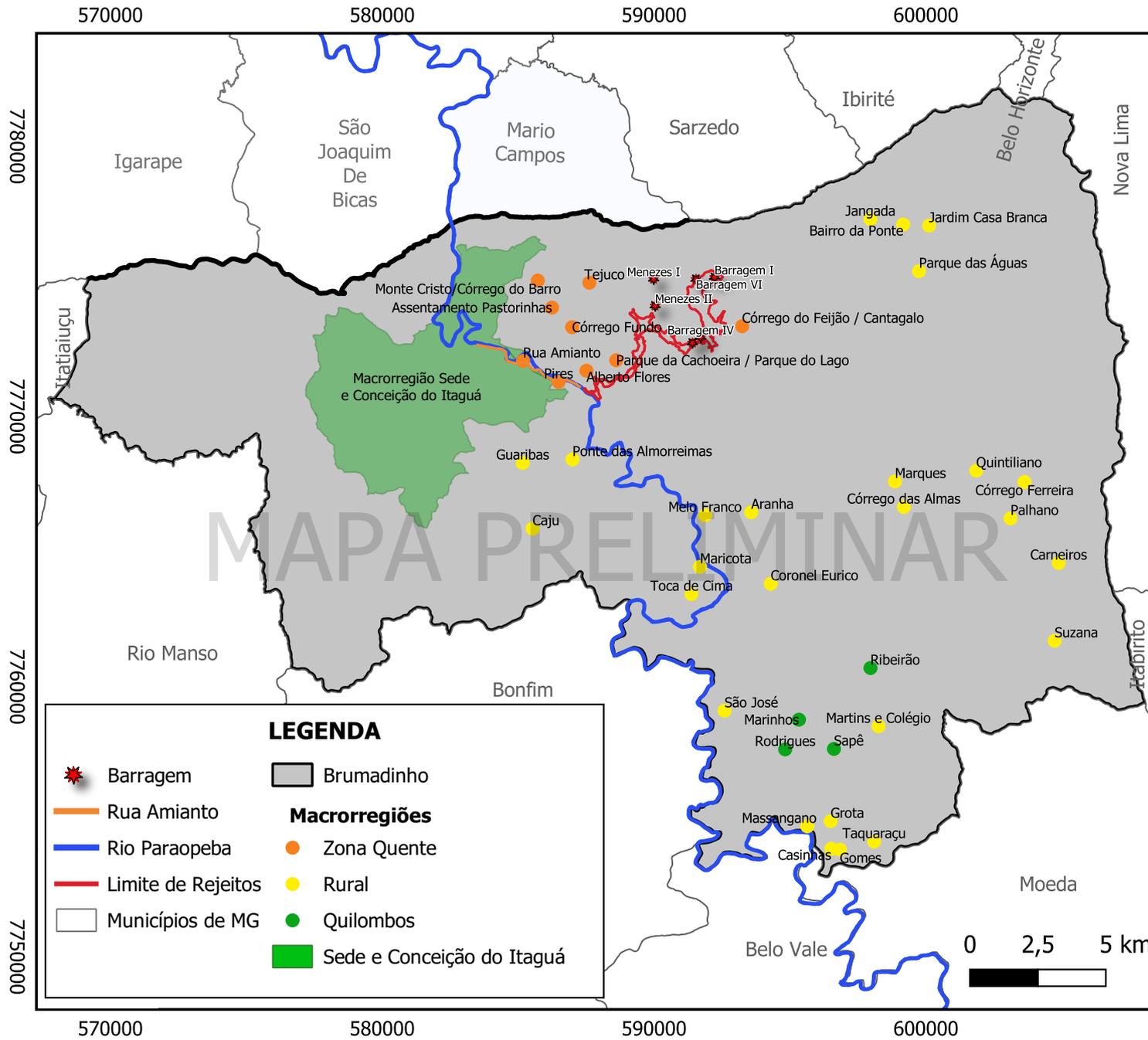
São Joaquim de Bicas	Boa Esperança, Casa Grande e Tijuca	1283,11323296
	Tereza Cristina, Santa Rita, Flor de Minas e Tupanuara	11090,293126036
	Pompéu, Fhemig e Paciência	551,491937628
	Fernando Costa, Nazaré, Vale do Sol I, Vale do Sol II, Primavera, Imperador, Estância Serra Negra e Chacreamento do Baú	1764,28069532
	Pátria Livre e Zona Rural	177,661832256
	Farofa	834,023601424
	Pedra Branca e Serra Verde	2157,851004276
Juatuba	Francelinos, Braúnas, Coqueiro Verde, Santo Antônio, Samambaia, Diamantina e Serra Azul, Eldorado e Ocupação Santa Fé	5266,933068756
	Ponte Nova e Castelo Branco	1191,814791384
	Satélite, Boa Esperança	2444,083956244
	Zona Rural	114,739933332

## 2. Mapas dos municípios atendidos pela Aedas

Assessoria Técnica  
 Independente Região 1



# ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS COMUNIDADES DE BRUMADINHO

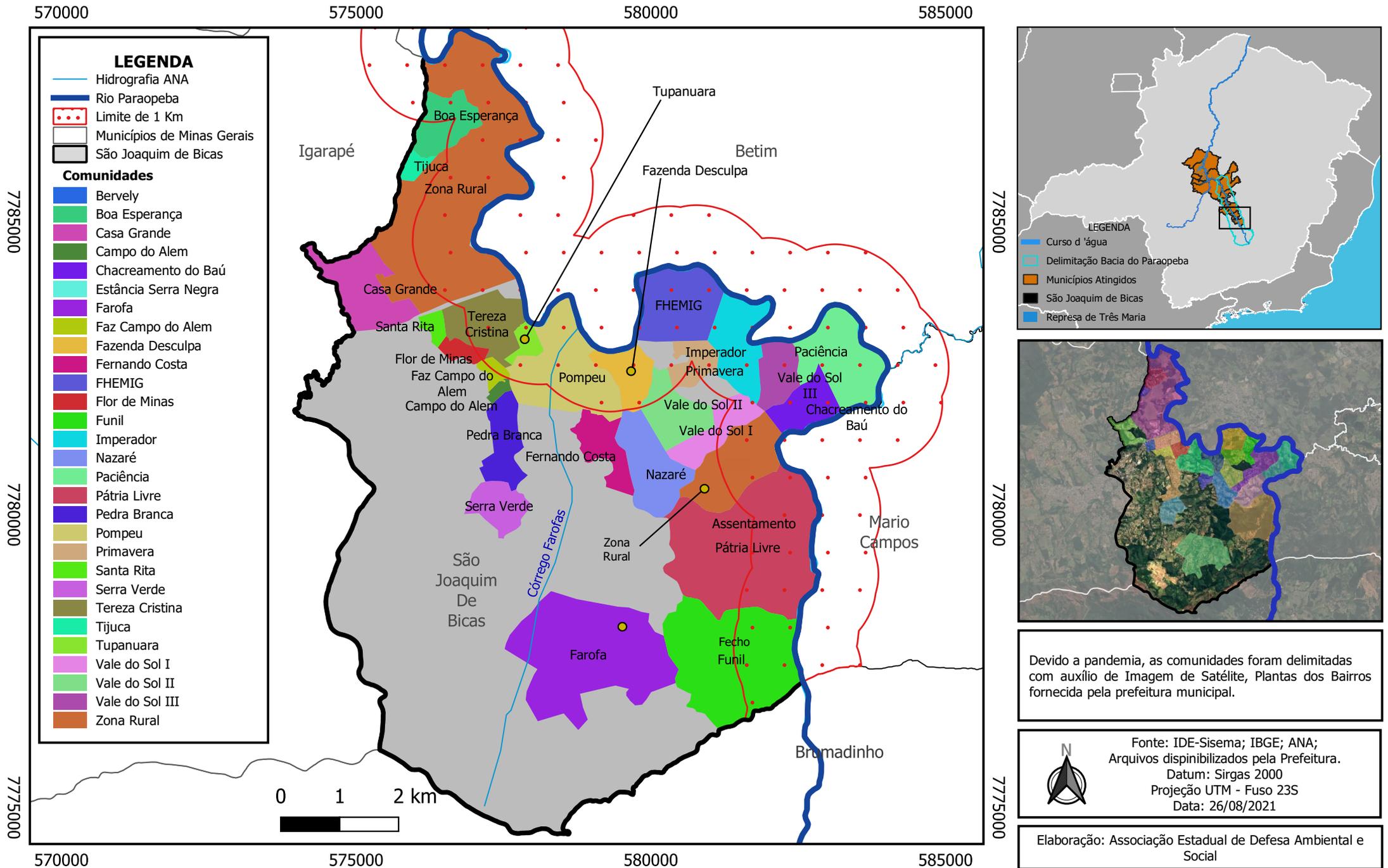


Devido a pandemia, as comunidades foram demarcadas como ponto, com auxílio de Imagem de Satélite, descrição realizada pelos/as assessores/as com conhecimento do território e mapas do Plano Diretor de Brumadinho. Pontos a serem validados.

 Fonte: IDE-Sisema; IBGE; Plano Diretor Brumadinho  
 Datum: Sirgas 2000  
 Projeção UTM - Fuso 23S  
 Data: 13/05/2021

Elaboração: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

## ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS COMUNIDADES SÃO JOAQUIM DE BICAS

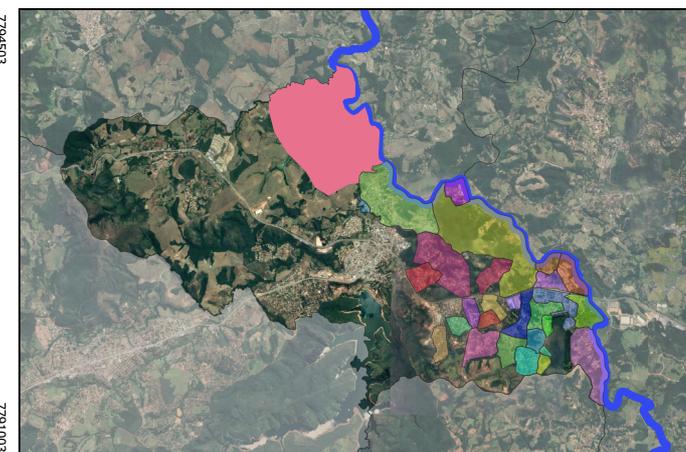
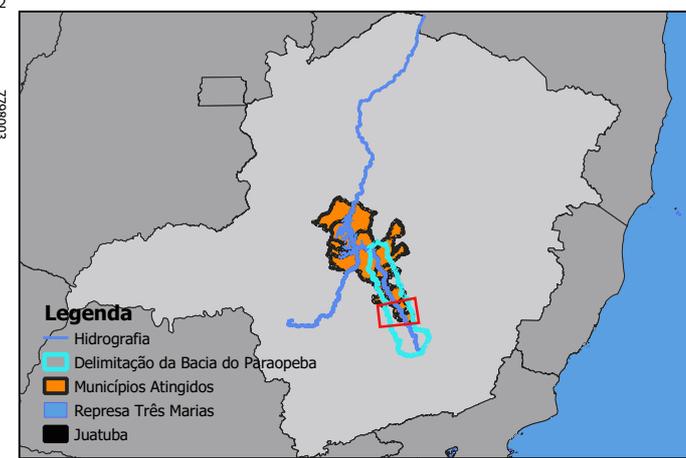
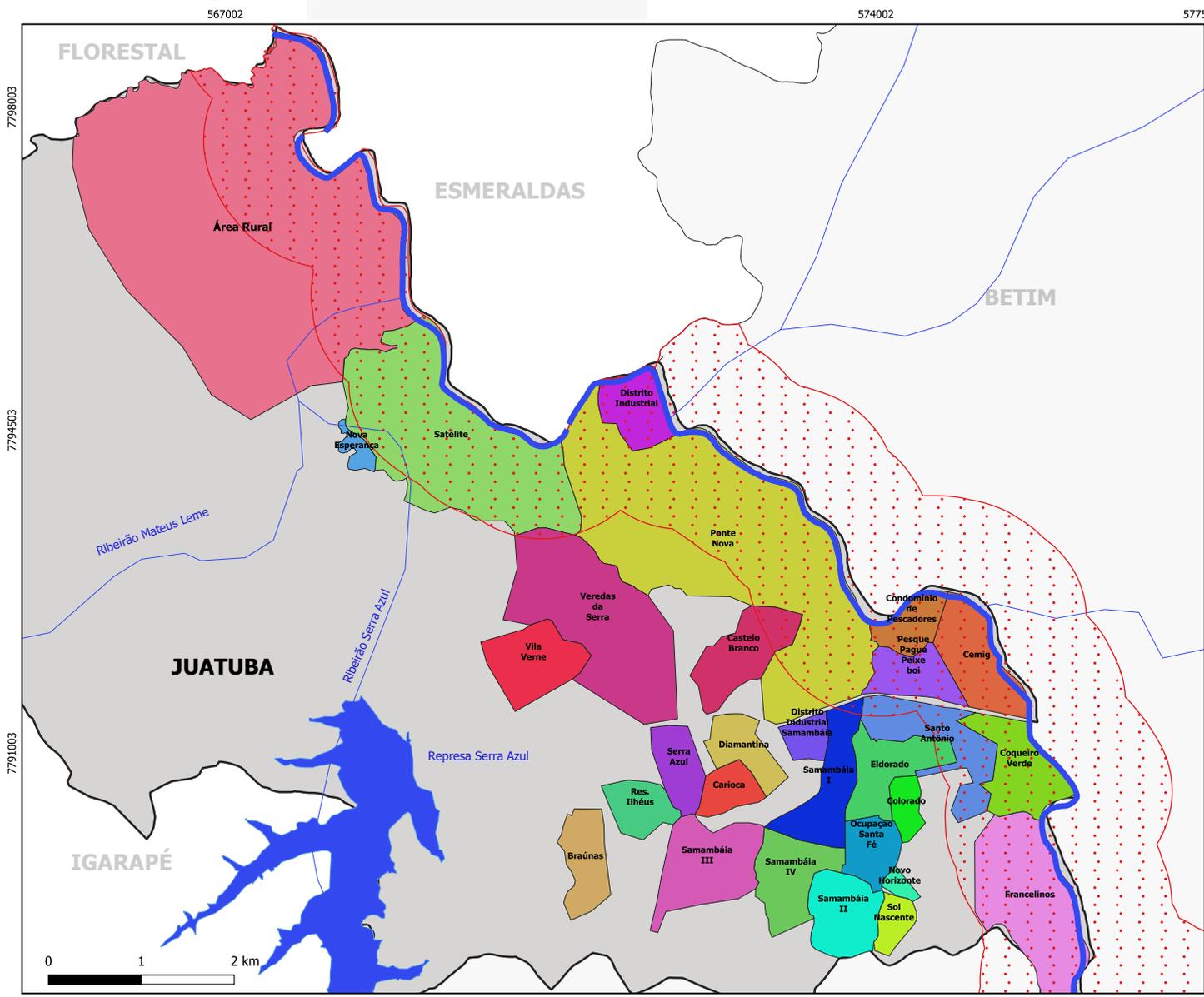




Assessoria Técnica  
 Independente **Região 2**

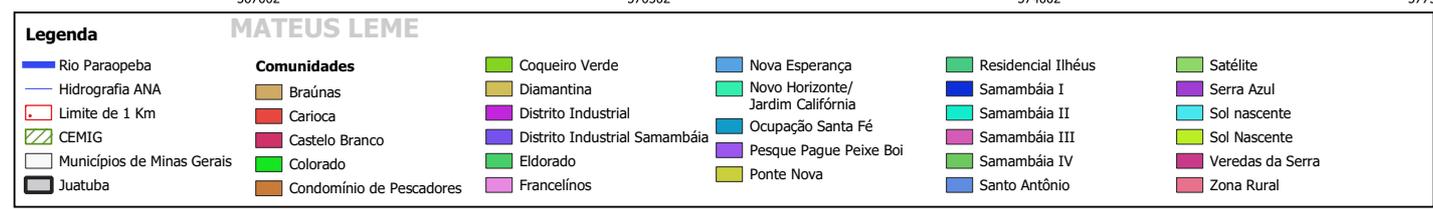


# ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS COMUNIDADES DE JUATUBA



Devido a pandemia, as comunidades foram delimitadas com auxílio de Imagem de Satélite, descrição realizada pelos/as assessores/as com conhecimento do território, Plano Diretor do Município de Juatuba (2008) e construção coletiva com as Comissões do Território.

Fonte: IDE-Sisema; IBGE; Prefeitura Municipal de Juatuba.  
 Datum: Sirgas 2000  
 Projeção UTM - Fuso 23S  
 Data: 26/08/2021

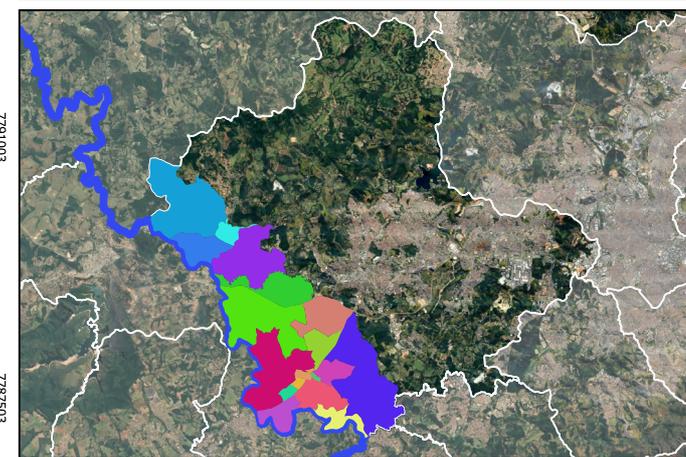
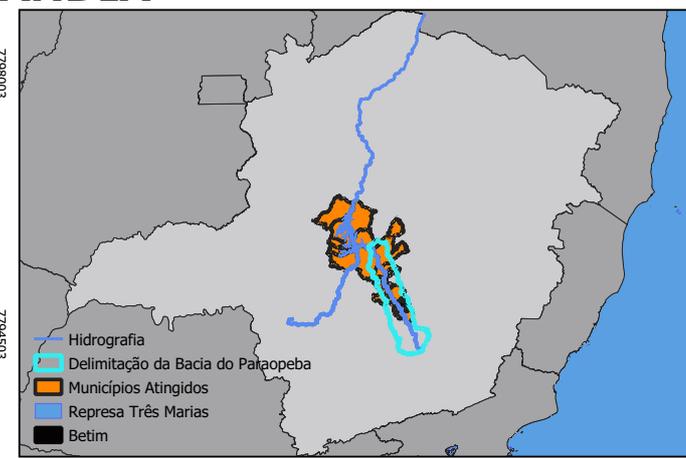
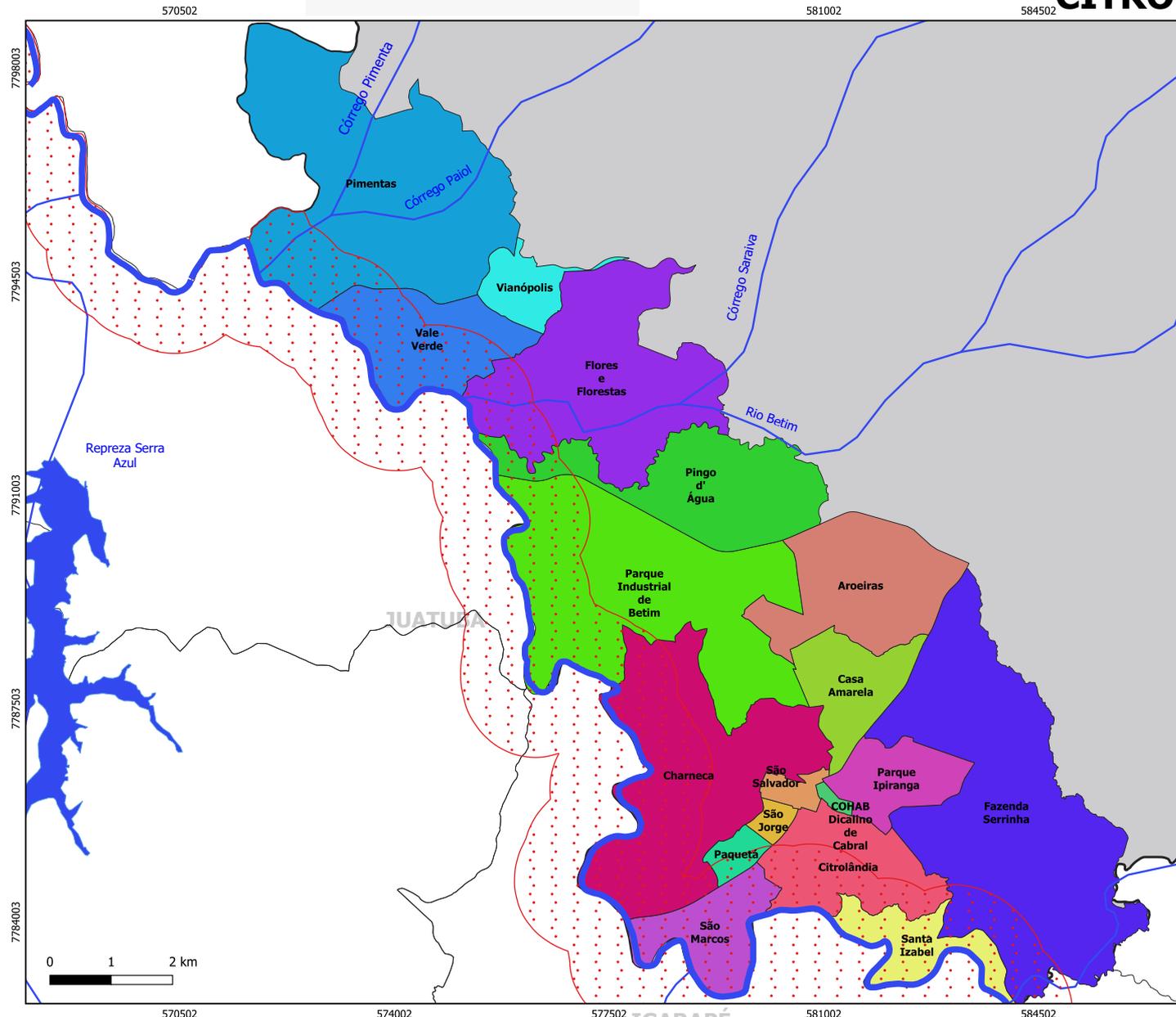


Elaboração: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

Assessoria Técnica  
 Independente **Região 2**



## ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS COMUNIDADES DE BETIM CITROLÂNDIA



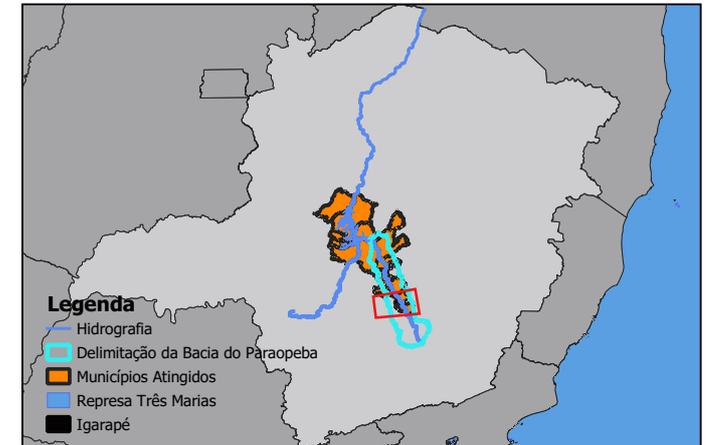
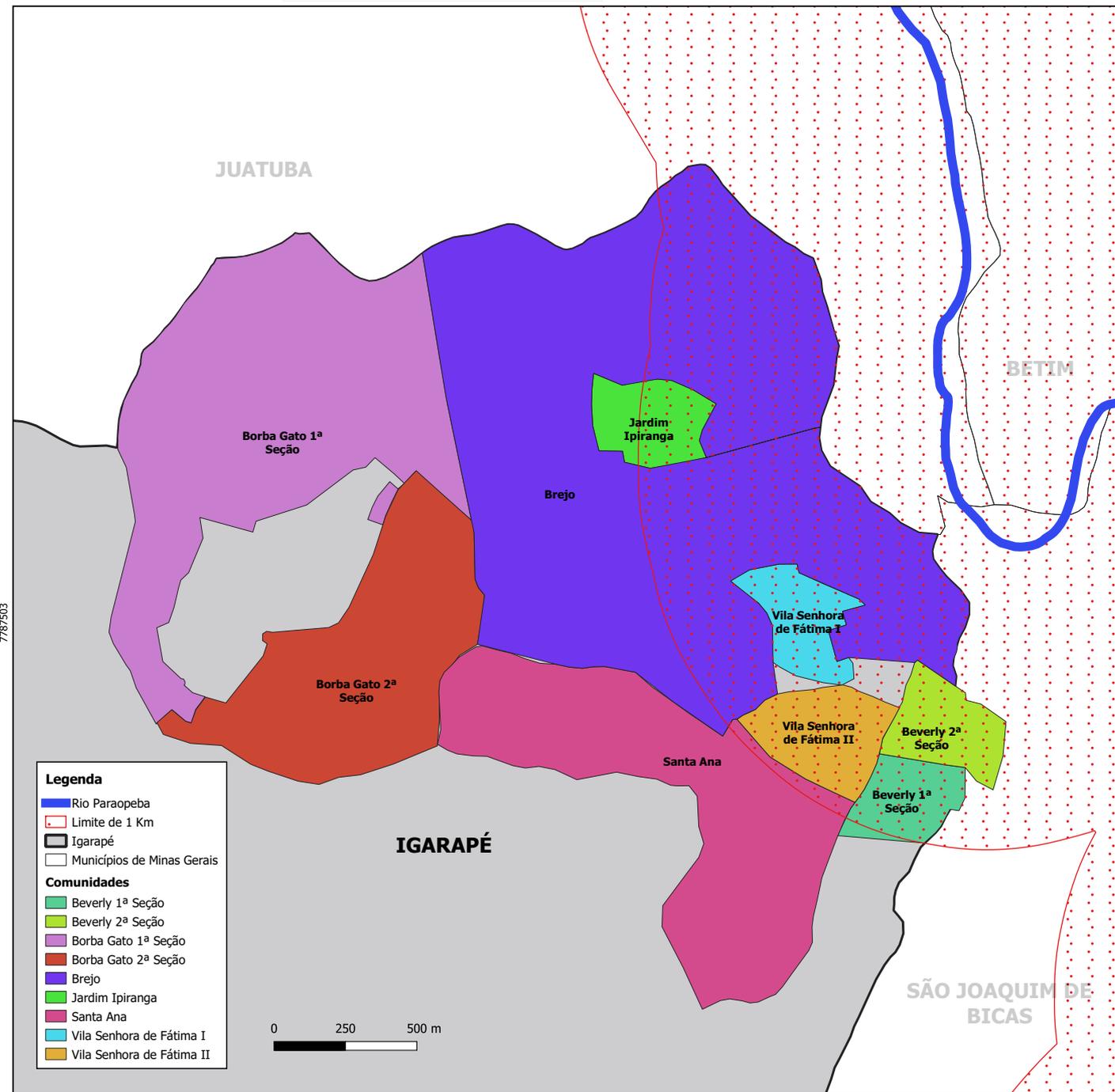
Devido a pandemia, as comunidades foram delimitadas com auxílio de Imagem de Satélite, Plano Diretor do Município (2020).

Fonte: IDE-Sisema; IBGE; Prefeitura Municipal de Betim.  
 Datum: Sirgas 2000;  
 Projeção UTM - Fuso 23S;  
 Data: 26/08/2021

Legenda	
Rio Paraopeba	Paquetá
Limite de 1 Km	Pingo d'Água
Betim	Santa Izabel
Municípios de Minas Gerais	São Jorge
Aroeiras	São Marcos
Casa Amarela	Vale Verde
Citrolândia	Vianópolis
COHAB Dicalino de Cabral	Flores e Florestas
Parque Industrial de Betim	Pimentas
Fazenda Serrinha	São Marcos
Parque Ipiranga	
Charneca	
São Salvador	

Elaboração: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

## ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS COMUNIDADES DE IGARAPÉ



Devido a pandemia, as comunidades foram delimitadas com auxílio de Imagem de Satélite, Base de dados da Prefeitura Municipal de Igarapé e construção coletiva com as comissões de atingidos(as).



Fonte: IDE-Sisema; IBGE;  
 Prefeitura Municipal de Igarapé.  
 Datum: Sirgas 2000  
 Projeção UTM - Fuso 23S  
 Data: 26/08/2021

Elaboração: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social